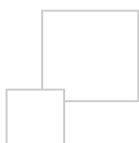


The logo consists of the letters 'U' and 'F' in a bold, blue, sans-serif font. The 'U' is on the left and the 'F' is on the right, both with a slight shadow effect. The background features a yellow horizontal bar at the top and a dark blue shape on the right side.

**UNIFACEX**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO  
CURSO DE SERVIÇO  
SOCIAL**



**MARÇO, 2016**

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO.....</b>           | <b>06</b> |
| 1.1. Ato de Credenciamento da IES.....                  | 06        |
| 1.2. Atendimento da IES aos Requisitos Legais.....      | 06        |
| 1.3. Ato de Credenciamento do Curso.....                | 08        |
| 1.4. Histórico do Curso.....                            | 09        |
| <b>2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS.....</b>                 | <b>10</b> |
| <b>2.1. Da Mantenedora.....</b>                         | <b>10</b> |
| 2.1.1. Identificação.....                               | 10        |
| 2.1.2. Dirigente Principal.....                         | 10        |
| <b>2.2. Da Mantida.....</b>                             | <b>11</b> |
| 2.2.1. Identificação.....                               | 11        |
| 2.2.2. Atos Legais de Constituição.....                 | 11        |
| 2.2.3. Dirigentes Principais.....                       | 11        |
| 2.2.4. Histórico da IES.....                            | 12        |
| 2.2.5. Área de Atuação e Inserção Regional.....         | 13        |
| 2.2.6. População da Área de Influência do UNIFACEX..... | 14        |
| 2.2.7. Do Contexto Educacional.....                     | 15        |
| <b>2.3. Características da Instituição.....</b>         | <b>20</b> |
| 2.3.1. Perfil Institucional.....                        | 20        |
| 2.3.1.1. Missão.....                                    | 20        |
| 2.3.1.2. Visão de Futuro.....                           | 20        |
| 2.3.1.3. Princípios.....                                | 20        |
| 2.3.1.4. Objetivo Geral.....                            | 21        |

|  |           |
|--|-----------|
| 2.3.1.5. Objetivos Específicos.....  | 22        |
| 2.3.2. Auto-Avaliação Institucional.....   | 23        |
| 2.3.3. Sistemas de Informação e de Comunicação.....                                    | 26        |
| <b>3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>3.1. Projeto Pedagógico.....</b>  | <b>28</b> |
| 3.1.1. Aspectos Gerais.....  | 28        |
| 3.1.1.1. Apresentação do Projeto do Curso.....   | 28        |
| 3.1.2. Justificativa do Curso.....   | 28        |
| 3.1.3. Concepção do Curso.....   | 33        |
| 3.1.4. Articulação do PPC com o PDI.....   | 33        |
| 3.1.5. Concepção do Processo Ensino-Aprendizagem.....                                  | 34        |
| 3.1.6. Regime Acadêmico, Estrutura e Duração do Curso.....                             | 34        |
| 3.1.7. Interdisciplinaridade nas Disciplinas e no Curso.....                           | 34        |
| 3.1.8. Flexibilidade.....  | 35        |
| 3.1.9. Metodologia e Técnicas de Ensino-Aprendizagem.....                              | 35        |
| <b>3.2. Concepção de Pesquisa / Foco na Iniciação Científica.....</b>                  | <b>36</b> |
| 3.3. Concepção de Extensão.....  | 37        |
| <b>3.4. Objetivos do Curso.....</b>  | <b>39</b> |
| <b>3.5. Perfil Profissional (Perfil Do Egresso).....</b>                               | <b>40</b> |
| <b>3.6. Estágio Supervisionado Curricular (Estágio Obrigatório) .....</b>              | <b>41</b> |
| <b>3.7. Estágios Não-Obrigatórios .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>3.8. Atividades Complementares .....</b>  | <b>42</b> |
| <b>3.9. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia Jurídica) .....</b>                 | <b>44</b> |
| <b>3.10. Matriz Curricular do Curso .....</b>  | <b>44</b> |
| 3.10.1. Estrutura Curricular do Curso .....  | 44        |
| <b>3.11. Matriz de Convergência das Disciplinas e suas Respektivas Competências de</b> |           |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Curso</b> .....  | <b>48</b> |
| <b>3.12. Sistema de Avaliação de Ensino Aprendizagem</b> .....  | <b>50</b> |
| <b>3.13. Sistema de Auto-Avaliação do Curso</b> .....   | <b>52</b> |
| <b>3.14. Apoio ao Discente</b> .....  | <b>53</b> |
| 3.14.1. Apoio Psicopedagógico ao Discente .....   | 53        |
| 3.14.2. Mecanismos de Nivelamento .....   | 53        |
| 3.14.3. Atendimento Extraclasse .....   | 54        |
| <b>3.15. Tecnologia de Informação de Comunicação no Processo de Ensino<br/>Aprendizagem</b> .....                 | <b>55</b> |
| <b>4. CORPO DOCENTE</b> .....   | <b>57</b> |
| <b>4.1. Núcleo Docente Estruturante</b> .....   | <b>57</b> |
| <b>4.2. COORDENAÇÃO DO CURSO</b> .....  | <b>58</b> |
| <b>4.2.1. Regime de Trabalho e Dedicção Administrativa do Coordenador do<br/>Curso</b> .....                      | <b>58</b> |
| 4.2.2. Experiência Profissional Acadêmica e Não Acadêmica do Coordenador do<br>Curso .....                        | 58        |
| 4.2.3. Participação Efetiva da Coordenação do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos<br>da IES .....               | 59        |
| <b>4.3. Conselho De Curso (Consec)</b> .....  | <b>59</b> |
| <b>4.4. Titulação do Corpo Docente do Curso</b> .....   | <b>60</b> |
| <b>4.5. Titulação do Corpo Docente do Curso – Percentual de Doutores</b> .....                                    | <b>61</b> |
| <b>4.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso</b> .....  | <b>61</b> |
| <b>4.7. Experiência Profissional do Corpo Docente</b> .....   | <b>61</b> |
| <b>4.8. Experiência do Exercício da Docência na Educação Básica (Obrigatória para as<br/>Licenciaturas)</b> ..... | <b>61</b> |
| <b>4.9. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente</b> .....   | <b>61</b> |
| <b>4.10. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica</b> .....  | <b>61</b> |
| <b>5. INFRAESTRUTURA</b> .....  | <b>62</b> |
| <b>5.1. Salas de Aulas</b> .....  | <b>62</b> |
| <b>5.2. Instalações para a Coordenação do Curso</b> .....   | <b>63</b> |
| <b>5.3. Auditório/Sala de Conferência</b> .....   | <b>63</b> |
| <b>5.4. Sala dos Professores</b> .....  | <b>63</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>5.5. Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais .....</b>           | <b>63</b>  |
| <b>5.6. Acesso a Equipamentos de Informática Pelos Alunos .....</b>                       | <b>64</b>  |
| <b>5.7. Biblioteca No Unifacex .....</b>  | <b>65</b>  |
| 5.7.1. Instalações Físicas Da Biblioteca .....  | 65         |
| 5.7.2. Horário De Funcionamento Da Biblioteca .....                                       | 66         |
| 5.7.3. Serviços Ofertados Pela Biblioteca .....   | 66         |
| 5.7.4. Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo Bibliográfico .....        | 67         |
| 5.7.5. Acervo Bibliográfico .....   | 67         |
| <b>5.8. Ementário e Bibliografia Básica e Complementar das Disciplinas do Curso .....</b> | <b>69</b>  |
| <b>5.9. Laboratórios Didáticos Especializados .....</b>                                   | <b>104</b> |
| 5.9.1. Normatização, Qualidade e Adequação .....  | 104        |

# 1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO

## 1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES

O Centro Universitário UNIFACEX foi criado considerando-se o que normatiza a alínea **d** do artigo 2º do Estatuto da Mantenedora: “criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de todos os níveis, prioritariamente de nível superior, com estrita observância de legislação que lhe for aplicável”. A criação foi legitimada pelo Decreto n. 85.977, de 05 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 06 de maio do mesmo ano. Por solicitação da Mantenedora e considerando a implantação de novos cursos em diversas áreas, pelo Parecer CES nº 1.194/99, a Instituição teve sua denominação modificada de Faculdade para Executivos para Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão – FACEX, conforme Parecer homologado pelo Despacho do Ministro da Educação, publicado no D.O.U., de 19 de janeiro de 2000. Através da Portaria Nº 1.099 do Ministério da Educação, de 31 de agosto de 2012, a FACEX passa a condição de Centro Universitário denominado UNIFACEX.

## 1.2. ATENDIMENTO DA IES AOS REQUISITOS LEGAIS

| Requisitos Legais   | Contemplado como  |
|---|---|
| Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na Lei 10.098/2002, nos Decretos 3095/2001, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003. | A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Referência localizada na página 154. |
| Plano de Cargos e Carreira Docente.   | O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado/homologado no Ministério do Trabalho e Emprego.   |
| Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos.   | O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos está protocolado/homologado no Ministério do Trabalho e  |

|   |  |
|---|--|
|   | Emprego. Referência localizada na página 139.  |
| Titulação do Corpo Docente  | Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação stricto sensu, conforme o disposto no art. 52 da Lei 9.394/96, na Resolução nº 1, de 20 de janeiro de 2010 e na Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010. Referência localizada na página 131. |
| Regime de Trabalho do Corpo Docente   | Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o disposto no art. 52 da Lei 9.394/1996 e na Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010. Referência localizada na página 132.                                    |
| Forma Legal de Contratação dos Professores.   | A contratação de professores se dá mediante concurso para regime de trabalho CLT pela mantenedora com registro na mantida. Referência localizada na página 124.  |
| Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.   | A IES possui CPA implantada e atuante. Referência localizada na página 48.   |
| Normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010. | A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução. Referência localizada na página 12.   |
| Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira                                 | A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através da disciplina de Legislação e Ética em Computação e em  |

|  |  |
|--|--|
| e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. | outras atividades de forma transversal. Referências localizadas nas páginas 101.   |
| Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002.                                      | A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas de Legislação e Ética na Computação, Fundamentos da Tecnologia da Informação e em outras atividades de forma transversal. Referências localizadas nas páginas 94 e 101. |
| NDE  | Pelo menos o coordenador e 5 professores; Pelo menos 50% dos docentes com stritu sensu; e pelo menos 60% dos docentes em regime TP e TI. Referência localizada na página 55.   |
| Estágio Supervisionado, Atividade complementar e TCC.  | Consoante com as Diretrizes do curso. Referências localizadas nas páginas 114 e 116.   |
| Tempo de Integralização  | Consoante as Diretrizes do Curso   |

### 1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO

|                                     |   |                 |                   |                |              |
|-------------------------------------|---|-----------------|-------------------|----------------|--------------|
| <b>Denominação do curso:</b>        | Curso Superior de Serviço Social  |                 |                   |                |              |
| <b>Habilitação:</b>                 | -   |                 |                   |                |              |
| <b>Modalidade:</b>                  | Bacharelado / Presencial  |                 |                   |                |              |
| <b>Endereço de oferta do curso:</b> | Rua Orlando Silva, 2896 – Capim Macio – Natal/RN  |                 |                   |                |              |
| <b>Ato Legal de autorização:</b>    | Portaria de Autorização MEC nº 3.703 de 17 de Outubro de 2005<br>Processo MEC 2.128/00<br>Portaria de Renovação de Reconhecimento:<br>Nº 819 de 30 de Dezembro de 2014. |                 |                   |                |              |
| <b>Turno de funcionamento:</b>      | <b>Integral</b>   | <b>Matutino</b> | <b>Vespertino</b> | <b>Noturno</b> | <b>Total</b> |

|   |                          |    |                     |     |     |
|---|--------------------------|----|---------------------|-----|-----|
| <b>(*)Nº. de vagas anuais oferecidas:</b> | -                        | 50 | -                   | 100 | 150 |
| <b>Regime de matrícula:</b>               | Semestral por disciplina |    |                     |     |     |
| <b>Duração do curso:</b>                  | <b>Tempo Mínimo</b>      |    | <b>Tempo Máximo</b> |     |     |
|   | Oito semestres           |    | Quatorze semestres  |     |     |

#### 1.4. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário FACEX teve sua primeira autorização através da Portaria de Autorização MEC nº 3.703 de 17 de Outubro de 2005

Processo MEC 2.128/00. Dessa forma, a Instituição inicia o processo seletivo para este curso, no segundo semestre de 2005, autorizando a oferta de 150 vagas por semestre para o turno noturno do curso de Serviço Social.

Esse Curso tem a duração prevista de 04 anos, ou seja, 08 semestres. Em 2015, foi homologado o reconhecimento deste mesmo curso através da Portaria de Renovação de Reconhecimento: 819 de 31/12/2014 de 2 de janeiro de 2015. Observando as demandas do mercado de trabalho do Assistente Social, e com base nas diretrizes curriculares nacionais da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, o Curso de Serviço Social, após discussão com o Núcleo Docente Estruturante, foi totalmente reestruturado, para atender também as recomendações das Diretrizes Curriculares do MEC.

Esse curso é reconhecido como uma profissão de caráter interventivo no âmbito da “questão social”, onde a sua trajetória na sociedade brasileira demonstra o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e a consolidação de um espaço sócio-ocupacional conquistado pela profissão.

O Curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, instrumental e ético-político, capazes de responder as demandas do mercado, bem como responder ao atual contexto, problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses populares.

## 2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

### 2.1. DA MANTENEDORA

#### 2.1.1. IDENTIFICAÇÃO

---

|   |                      |                            |                 |
|---|----------------------|----------------------------|-----------------|
| <b>Mantenedora</b> CIFE – CENTRO INTEGRADO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS              |                      |                            |                 |
| <b>CNPJ:</b> 08.241.911/0001-12   |                      |                            |                 |
| <b>End.:</b> Rua ORLANDO SILVA  |                      |                            | <b>nº:</b> 2896 |
| <b>Bairro:</b> CAPIM MACIO  | <b>Cidade:</b> NATAL | <b>CEP:</b> 59080-020      | <b>UF:</b> RN   |
| <b>Fone:</b> (84) 3235-1415   |                      | <b>Fax:</b> (84) 3235-1433 |                 |
| <b>E-mail:</b> <a href="mailto:secretaria@facex.com.br">secretaria@facex.com.br</a> |                      |                            |                 |

---

#### 2.1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL

---

|   |
|---|
| <b>Nome:</b> JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEIREDO                                       |
| <b>CPF:</b> 004.254.604-44  |
| <b>E-mail:</b> <a href="mailto:secretaria@facex.com.br">secretaria@facex.com.br</a> |

---

#### 2.1.3. FINALIDADES

A Mantenedora tem como finalidades educativas o desenvolvimento:

- De uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- Da capacidade de utilizar crítica e criativamente as diversas linguagens do mundo contemporâneo;
- Da autonomia, cooperação e sentido de coresponsabilidade nos processos de desenvolvimento individuais e coletivos;
- De uma atitude de valorização, cuidado e responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde;
- Da competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmo, pelos outros e pelos recursos da comunidade;
- Do exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;

- Da motivação para dar prosseguimento à própria educação, de forma sistemática e assistemática;
- Do pleno exercício de suas funções cognitivas e socioafetivas;
- Da capacidade de aprender com autonomia e assimilar o crescente número de informações, adquirindo novos conhecimentos e habilidades;
- Da capacidade de enfrentar situações inéditas com dinamismo, flexibilidade e criatividade;
- Da capacidade de usar o conhecimento para ser feliz, relacionar-se com a natureza, ser gestor da própria vida e ajudar os outros.

## 2.2. DA MANTIDA

### 2.2.1. IDENTIFICAÇÃO

|   |                      |                            |                 |
|---|----------------------|----------------------------|-----------------|
| <b>Mantida:</b> Centro Universitário Facex  |                      |                            |                 |
| <b>End.:</b> Rua Orlando Silva  |                      |                            | <b>nº:</b> 2897 |
| <b>Bairro:</b> Capim Macio  | <b>Cidade:</b> Natal | <b>CEP:</b> 59.080-020     | <b>UF:</b> RN   |
| <b>Fone:</b> (84) 3235-1415   |                      | <b>Fax:</b> (84) 3235-1433 |                 |
| <b>E-mail:</b> <a href="mailto:secretaria@facex.com.br">secretaria@facex.com.br</a> |                      |                            |                 |
| <b>Site</b> <a href="http://www.unifacex.com.br">www.unifacex.com.br</a>            |                      |                            |                 |

### 2.2.2. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

| DADOS DE CREDENCIAMENTO:   |                        |
|----------------------------|------------------------|
| <b>Documento/Nº:</b>       | Portaria nº 1099/2012  |
| <b>Data Documento:</b>     | 31 de agosto de 2012   |
| <b>Data da Publicação:</b> | 04 de setembro de 2012 |

### 2.2.3. DIRIGENTES PRINCIPAIS

|                |  |             |                |
|----------------|--|-------------|----------------|
| <b>Cargo</b>   | Reitor   |             |                |
| <b>Nome:</b>   | Raymundo Gomes Vieira  |             |                |
| <b>CPF:</b>    | 010.813.814-34   |             |                |
| <b>Fone:</b>   | (84) 3235-1404   | <b>Fax:</b> | (84) 3235-1433 |
| <b>E-mail:</b> | <a href="mailto:vieira@unifacex.com.br">vieira@unifacex.com.br</a> |             |                |
| <b>Cargo</b>   | Pró-Reitor Acadêmico   |             |                |

|                |  |             |                |
|----------------|--|-------------|----------------|
| <b>Nome:</b>   | Ronald Fábio de Paiva Campos                                       |             |                |
| <b>CPF:</b>    | 673.006.424-20   |             |                |
| <b>Fone:</b>   | (84) 3235-1403   | <b>Fax:</b> | (84) 3235-1433 |
| <b>E-mail:</b> | <a href="mailto:ronald@unifacex.com.br">ronald@unifacex.com.br</a> |             |                |

|                |  |             |                |
|----------------|--|-------------|----------------|
| <b>Cargo</b>   | Pró-Reitora Administrativa   |             |                |
| <b>Nome:</b>   | Candysse Medeiros de Figueiredo  |             |                |
| <b>CPF:</b>    | 664.876.684-00   |             |                |
| <b>Fone:</b>   | (84) 3217-8348   | <b>Fax:</b> | (84) 3235-1433 |
| <b>E-mail:</b> | <a href="mailto:candysse@unifacex.com.br">candysse@unifacex.com.br</a> |             |                |

#### 2.2.4. HISTÓRICO DA IES

O Centro Universitário UNIFACEX tem os seus primórdios em 23 de maio de 1972, quando por determinação de sua mantenedora, o Centro Integrado para Formação de Executivos, foi implantado o curso de Secretariado Executivo. Surgia, através desta primeira ação pedagógica da mantida, a Faculdade para Executivos. Como tivesse sua origem em curso livre, a Faculdade pautou o seu fazer educacional, cumprindo o currículo pleno estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. Essa autonomia permitiu à mantenedora regularizar sua mantida, consoante ao disposto na Portaria Ministerial nº 942/79, bem como autorizar o seu curso matriz. Nesse aspecto a comissão verificadora foi incisiva no seu parecer ao pronuncia-se *in verbis*: este curso oferece condições para autorização e funcionamento. Através do Parecer SESU 267/19881, ficou autorizado o Curso de Secretariado Executivo, homologado através do Decreto nº 85.977, de 05 de maio de 1981. Estava assim a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte, sucedânea da Faculdade para Executivos, devidamente legalizada, bem como suas ações pedagógicas retroagindo a 1972. Em síntese, o UNIFACEX conta hoje com 26 cursos superiores devidamente autorizados. Destes, quinze já passaram pelo processo de Reconhecimento, três aguardam a designação de Comissão para Reconhecimento e quatro ainda não atingiram o tempo mínimo necessário para solicitar o Reconhecimento. Os Cursos de Graduação atendem a um total aproximado de 5.000 alunos regularmente matriculados, com a qualidade e esmero que a Instituição se empenha em oferecer.

A Instituição possui um Corpo Docente com 180 professores qualificados: Doutores, Mestres e Especialistas, os quais se dedicam a preparar seus discentes cuidadosamente para

construir o Brasil do futuro. Colaboradores da Central de Atendimento, Biblioteca e Laboratórios estão sempre disponíveis para recebê-los.

A instituição tem 4 Unidades construídas, com 89 salas de aulas, auditórios, anfiteatros, laboratórios especializados, reservadas ainda as salas da Educação Infantil, com 20.000 m<sup>2</sup> de área construída. Todas as instalações são modernas, bem equipadas, adaptadas aos Portadores de Necessidades Especiais, permitindo o amplo funcionamento de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino, na pesquisa e extensão.

O UNIFACEX já formou ao longo destes 43 anos, 5778 alunos, nos seus diversos cursos, colocando, no mercado de trabalho, profissionais capacitados, com espírito inovador e empreendedor, mudando a realidade regional e do país.

O programa da Pós-Graduação conta com 27 cursos de pós-graduação *lato sensu*, com um total de 362 especialistas pós-graduados. Todos os cursos da Pós-graduação do UNIFACEX seguem rigorosamente a legislação pertinente e os certificados têm validade nacional, atendendo a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

A instituição apresenta IGC 4. Recentemente, foi publicada a homologação do Parecer 106/2012, do Conselho Nacional de Educação pelo Exmo. Ministro da Educação, transformando a Instituição em Centro Universitário FACEX.

#### **2.2.5 ÁREA DE ATUAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL**

3. Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 52.796,791 km<sup>2</sup> e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tem uma população estimada em 3.168.027 habitantes. A capital, Natal, de acordo com a última atualização do Censo 2010, tem 807.739 habitantes.
4. Além de Natal, o estado tem duas outras cidades com mais de 150 mil habitantes: Mossoró (259.815 habitantes) e Parnamirim (202.456 habitantes). Com mais de 50 mil habitantes, temos os municípios de São Gonçalo do Amarante (87.668 habitantes), Ceará-Mirim (68.141 habitantes), Macaíba (69.467 habitantes), Caicó (62.709 habitantes) e Assu (53.227 habitantes).

### 2.2.6 População da Área de Influência do UNIFACEX

O UNIFACEX é uma instituição de ensino superior localizada na região metropolitana da cidade de Natal-RN. Além da capital do Estado, o UNIFACEX atende a outros municípios em uma região bastante povoada. A Tabela 1 a seguir demonstra a área de atuação do UNIFACEX que, de forma geral, atende à região metropolitana de Natal e municípios circunvizinhos, totalizando aproximadamente 1.350.000 habitantes.

| LOCAL                   | POPULAÇÃO |
|-------------------------|-----------|
| <b>ESTADO</b>           | 3.168.027 |
| <b>Natal</b>            | 803.739   |
| Parnamirim              | 202.456   |
| Ceará-Mirim             | 69.005    |
| Macaíba                 | 69.467    |
| Extremoz                | 24.569    |
| São Gonçalo do Amarante | 87.668    |
| São José de Mipibú      | 39.776    |
| Monte Alegre            | 20.685    |
| Nísia Floresta          | 23.784    |

Tabela 1: População de natal e municípios circunvizinhos

Fonte: IBGE (2010)

Vivemos um momento na história humana pelo qual conhecer é empoderar-se. O mercado busca profissionais que apresentem um currículo onde fique evidenciado seu interesse pelo conhecimento, pois em um mundo globalizado é exigido dos profissionais o estabelecimento de conexões e competências que só o conhecimento é capaz de mobilizar.

É importante destacar que a dinamicidade das mudanças de natureza social, política, econômica, cultural e tecnológica, oriundas do reflexo da globalização, repercute na necessidade das pessoas apropriarem-se do conhecimento sistematizado para fazer frente às novas exigências do mundo do trabalho e da própria sociedade.

Nesse contexto, a busca da população pelo acesso à educação tornou-se um imperativo por parte dos cidadãos, fato que tem ocasionado impactos na educação superior, sob diversos aspectos.

No Rio Grande do Norte, o UNIFACEX desenvolve suas atividades no município de Natal, mas os reflexos da sua ação são sentidos numa área de abrangência formada, principalmente, por 09 municípios, conforme mostra a Tabela 1 anterior.

Apesar dos avanços obtidos, nos últimos anos, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é evidente a importância da participação das instituições privadas para a inclusão e melhoria do ensino superior no Brasil, devido, principalmente, à limitação que os meios públicos demonstram de atender a demanda existente.

De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que até então estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

## 2.2. 7 Contexto Educacional

Até a segunda metade da década de 1990 foi realizada no Brasil uma reforma educacional sem precedentes, que ainda está em processo. Com efeito, do ensino fundamental ao superior uma institucionalização de leis e decretos, promulgados desde 1995, acionou mudanças em aspectos tão variados quanto financiamento, gestão, acesso, avaliação, currículo e carreira docente. Continuou avançando através de outros modelos de gestão da educação brasileira.

A oferta no Ensino Médio em 2012 totalizou 8.376.852 matrículas, 0,3% menor que em 2011. Assim como em anos anteriores, a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 85% das matrículas. A rede privada atende 12,7% e as redes federal e municipal atendem juntas pouco mais que 2% (INEP 2013).

De acordo com a tabela dados preliminares do Censo escolar 2014 mostraram que essa distribuição está presente em todas as regiões, com pequenas variações. No Rio Grande do Norte a distribuição de matrículas referente ao ensino médio na esfera estadual: 108.276 matrículas, municipal: 0 matrículas, Federal: 8.688 matrículas, privadas: 18.123 matrículas.

| Unidades da Federação | Nº Matrículas Ensino Médio |
|-----------------------|----------------------------|
| Nordeste              | 2.486.394                  |
| Maranhão              | 306.762                    |
| Piauí                 | 127.171                    |
| Ceará                 | 384.808                    |

|                       |                |
|-----------------------|----------------|
| <b>R. G. do Norte</b> | <b>134.491</b> |
| Paraíba               | 136.705        |
| <b>Pernambuco</b>     | <b>381.091</b> |
| Alagoas               | 127.191        |
| <b>Sergipe</b>        | <b>81.156</b>  |
| Bahia                 | 295.472        |

Número de matrículas no ensino médio em 2014.

Fonte: MEC/Inep/Deed.

A Educação Básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

Esta última finalidade deve ser desenvolvida precipuamente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando" a ser desenvolvida por um currículo que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

O MEC está em processo de implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que é definido como uma ferramenta gerencial que orienta a administração escolar. Todas as ações realizadas com os Estados e Municípios necessitam de articulações através da construção e apresentação de Plano de Ações que contemplam inclusão, espaço de participação da comunidade escolar, atuação dos conselhos, garantindo a democracia e descentralização do poder, e desconcentração do fazer administrativo, acadêmico e pedagógico.

A expansão do ensino superior tem sido uma realidade educacional em todo o Brasil, pois as Instituições de Ensino Superior (IES), respondem às necessidades e exigência do mercado. Para uma melhor visualização do crescimento vejamos os dados a seguir.

#### **Evolução do Número de Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa e Matrículas – Brasil – 2009 – 2013.**

| <b>Categoria Administrativa</b> |                    |                      |                |                 |                  |                |
|---------------------------------|--------------------|----------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| <b>Ano</b>                      | <b>Total Geral</b> | <b>Total Pública</b> | <b>Federal</b> | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Privada</b> |
| <b>2009</b>                     | 28.671             | 8.628                | 4.647          | 3.245           | 736              | 20.043         |

|                   |                    |                      |                |                 |                  |                |
|-------------------|--------------------|----------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| <b>2010</b>       | 29.507             | 9.245                | 5.326          | 3.286           | 633              | 20.262         |
| <b>2011</b>       | 30.420             | 9.833                | 5.691          | 3.359           | 783              | 20.587         |
| <b>2012</b>       | 31.866             | 10.905               | 5.978          | 3.679           | 1.248            | 20.961         |
| <b>2013</b>       | 32.049             | 10.850               | 5.968          | 3.656           | 1.226            | <b>21.199</b>  |
| <b>Matrículas</b> |                    |                      |                |                 |                  |                |
| <b>Ano</b>        | <b>Total Geral</b> | <b>Total Pública</b> | <b>Federal</b> | <b>Estadual</b> | <b>Municipal</b> | <b>Privada</b> |
| <b>2013</b>       | 7.526.681          | 2.105.042            | 1.252.952      | 660.819         | 191.271          | 5.421.639      |

Tabela elaborada pela Deed/Inep. Observação: Não inclui Área Básica de Ingresso (ABI).

Fonte: MEC/Inep

O Brasil registrou 7.305.977 estudantes matriculados em cursos de graduação no ensino superior, segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (09/2014). Os números são referentes ao ano de 2013.

São 268.289 matrículas a mais que em 2012, um crescimento de 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. O censo mostrou também que o número de formandos caiu pela primeira vez desde 2003. O crescimento do número de matrículas foi inferior em relação ao censo anterior, quando o número de matrículas aumentou 4,4% de 2011 para 2012.

Deste total de estudantes universitários, 5,3 milhões (73,5%) estão nas instituições particulares. O restante (1,9 milhão) divide-se entre instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipal (190 mil). Os alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 31.866 cursos, oferecidos por 2.391 instituições.

Os dados mostram uma leve diminuição no número de alunos que entram no ensino superior (caiu de 2.747.089 em 2012 para 2.742.950 em 2013). O total de estudantes que ingressaram no ensino superior somente em 2013 chegou a 2.742.950, um número 76,4% maior do que o registrado há dez anos. No Rio Grande do Norte podemos visualizar a seguir o perfil das IES que compõem a oferta no Estado Potiguar.

#### Instituições de Ensino Superior (IES) no RN (2009-2013)

| Ano         | Instituição de Ensino Superior |            |          |            |
|-------------|--------------------------------|------------|----------|------------|
|             | Privadas                       | % variação | Públicas | % variação |
| <b>2009</b> | 19                             | -          | 5        | -          |
| <b>2010</b> | 22                             | 13,6       | 5        | 0          |
| <b>2011</b> | 20                             | -9,0       | 5        | 0          |
| <b>2012</b> | 19                             | -5,0       | 5        | 0          |
| <b>2013</b> | 20                             | 5,0        | 5        | 0          |

Fonte: Plano Estadual de Educação/RN (2015)

Os dados mostram que o número de IES públicas permaneceu inalterado no RN no período analisado, 2009-2013. Quanto às instituições privadas, exibiram um crescimento significativo de 15,7%, no ano de 2010. No entanto, nos anos seguintes, 2011 e 2012 apresentou taxa negativa de crescimento e no ano de 2013 voltou a ter as mesmas 20 instituições que existiam em 2011.. Em 2013 o aumento nas IES privadas foi de 5%. Avançando, demonstramos as matrículas ocorridas nas IES de 2009 até 2013.

#### **Matrícula nos cursos de graduação presencial das IES do RN (2009-2013)**

| <b>Ano</b>  | <b>IES Públicas</b> | <b>% variação</b> | <b>IES Privadas</b> | <b>% variação</b> |
|-------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| <b>2009</b> | 39.966              | -                 | 43.125              | -                 |
| <b>2010</b> | 39.698              | -0,6              | 47.317              | 8,8               |
| <b>2011</b> | 44.714              | 12,6              | 52.333              | 9,5               |
| <b>2012</b> | 44.896              | 0,3               | 57.926              | 9,6               |
| <b>2013</b> | 50.901              | 11,8              | 63.074              | 8,1               |

Fonte: Plano Estadual de Educação/RN (2015)

As matrículas nos cursos de graduação presencial das instituições públicas e privadas aumentaram no geral em 27% no RN, no período de 2009 a 2013, passando de 83.091 para 113.975. As IES públicas detêm 44,6% das matrículas e as privadas 55,3%. Nas públicas o aumento de matrículas foi de 22% e nas privadas chegou a 31,1%.

O crescimento do número de matrículas nas IES privadas acontece de modo crescente e contínuo, enquanto que nas IES públicas há oscilação, inclusive com taxa de crescimento negativa, a de -0,6% no ano de 2010. Mesmo assim, o aumento nas IES públicas foi menor em relação à expansão de matrículas na rede privada que apresentou um aumento significativo. Os números de cursos de graduação ofertados no RN acompanharam o crescimento do número de matrículas, como se visualiza a seguir.

#### **Número de Cursos de Graduação presencial nas IES do RN (2009-2013)**

| <b>Ano</b>  | <b>IES Públicas</b> | <b>% variação</b> | <b>IES Privadas</b> | <b>% variação</b> |
|-------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| <b>2009</b> | 233                 | -                 | 144                 | -                 |
| <b>2010</b> | 268                 | 13                | 161                 | 10,5              |
| <b>2011</b> | 278                 | 3,6               | 167                 | 3,6               |

|             |     |      |     |     |
|-------------|-----|------|-----|-----|
| <b>2012</b> | 288 | 3,4  | 170 | 1,7 |
| <b>2013</b> | 278 | -3,4 | 185 | 8,1 |

Fonte: Plano Estadual de Educação/RN (2015)

O Quadro anterior mostra o número de cursos de graduação presencial nas IES do RN que totalizam 463, no período de 2009 a 2013, sendo que, em 2013, as públicas detinham 60% dos cursos e superam em 93 cursos as IES privadas.

Embora os dados apresentem o domínio das IES públicas no que diz respeito ao número de cursos de graduação presencial, é importante observar que houve um decréscimo de 3,4% em 2013. Na rede privada percebe-se que em 2011 e 2012 ocorreu um pequeno aumento voltando a ter um crescimento maior em 2013, totalizando 185 cursos.

As 25 (vinte e cinco) IES do estado do Rio Grande do Norte equivalem apenas a 1% do total do País e 5,5% da Região Nordeste. Destas, 20 são instituições privadas que respondem por 69.621 matrículas que correspondem a 50,3% das efetivadas no ensino superior do Estado, dados do Censo do Ensino Superior de 2013.

O INEP (2015) traz um panorama do Plano Nacional de Educação- PNE (2014-2024), em que mostra a necessidade de ampliação da oferta de vagas no ensino superior brasileiro. A meta 12 do PNE objetiva elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Com isso o espaço institucional para contribuição do Centro Universitário FACEX com o cumprimento da referida meta vai ao encontro da necessidade da própria política de educação proposta.

É evidente que a Meta é desafiadora, pois como reflete o INEP (2015) não obstante a tendência de crescimento da taxa bruta de matrícula observada entre 2004 e 2013, o indicador ainda se encontra distante da meta para 2024 que é de 50%.

Esse crescimento que o mundo da educação vem carecendo é o *locus* de ação das IES Privadas, que somada com as demais decisões de outras IES devem envidar esforços para o alcance da Meta 12 e das demais constantes no PNE e que couberem ao ensino superior. De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que até então estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

Diante dessa realidade, o UNIFACEX, respaldado em 43 anos de serviços prestados a educação regional, apresenta-se à sociedade norte-rio-grandense como uma opção de ensino superior que contribui para melhorar a oferta de conhecimentos técnicos e científicos para os alunos oriundos do ensino médio através de cursos reconhecidos pelo MEC distribuídos nas diversas áreas do conhecimento.

A proposta de desenvolvimento do UNIFACEX vem ao encontro do compromisso de manter o progressivo crescimento para atender às necessidades locais e regionais de forma que faça desta Instituição uma das principais referências em ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão do Estado do Rio Grande Norte.

## **2.3. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO**

### **2.3.1. Perfil Institucional**

#### **2.3.1.1 Missão**

A missão do Centro Universitário FACEX, é “disseminar os saberes, entendendo o contexto e atendendo a sociedade por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão, comprometido com o desenvolvimento político, ético, cultural e socioambiental.”

#### **2.3.1.2 Visão de Futuro**

Em sua visão de futuro, o Centro Universitário FACEX pretende consolidar-se como uma das mais importantes instituições de ensino superior do estado e da região, contribuindo com o ensino, a pesquisa e a extensão, sempre sintonizado com as tendências e vocações do mundo do trabalho e com o desenvolvimento sustentável da região onde está inserido.

#### **2.3.1.3 Princípios**

A missão institucional demonstra que o Centro Universitário FACEX está comprometido com a qualidade intelectual da formação de seus alunos, com a qualidade do atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais.

Este compromisso institucional está ancorado em princípios filosóficos e crenças ético-educacionais que norteiam as suas ações, entre os quais cabe destacar:

- Consciência de sua responsabilidade social, compromissado com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;

- Atuação permanente no resgate da cidadania – na formação do cidadão, ser ético e político, consciente de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;
- Ação aglutinadora, aberta a todo saber, crítica, criativa e competente, capaz de contribuir com o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserido.
- Compromisso com resultados na busca contínua do elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;
- Disponibilidade para fazer parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos;
- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Garantia de padrão de qualidade e vinculação entre a formação acadêmica, o trabalho e as práticas sociais.

#### **2.3.1.4. Objetivo Geral**

Formar profissionais e desenvolver atividades acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo, bem como a construção dos valores humanos, tendo em vista os problemas do mundo presente, visando contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Destaca-se que o objetivo geral será traduzido da seguinte forma:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades;

- Formar valores humanos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Incentivar e apoiar a iniciação e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas no Centro Universitário;
- Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem estar do homem;
- Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem; e
- Ser uma instituição compromissada com o desenvolvimento da cidade de Natal e, em especial, do Estado do Rio Grande do Norte e com a preservação da memória das manifestações culturais e folclóricas de seu povo.

#### **2.3.1.5. Objetivos Específicos**

Para atender ao objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Aperfeiçoar, permanentemente, a organização administrativa com vistas à eliminação de disfunções burocráticas e à promoção da gestão proativa de médio e longo prazo;

- Desenvolver o corpo docente e técnico-administrativo, viabilizando a associação entre o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social da Instituição;
- Sistematizar projetos e programas para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento do corpo discente;
- Aperfeiçoar a organização didático-pedagógica de forma a garantir atividades e serviços acadêmicos de excelência;
- Ofertar cursos de graduação e de pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento e em consonância com os anseios da sociedade e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho;
- Fomentar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a extensão e a cultura extensionista, aberta à participação da comunidade, visando à difusão dos resultados e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- Propiciar condições e infra-estrutura compatível com a comunidade acadêmica e com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Centro;
- Consolidar mecanismos de gestão financeira e orçamentária que permitam o desenvolvimento institucional sustentável;
- Aprimorar o processo de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, do planejamento e da gestão universitária.

Ressalta-se que esses objetivos específicos representam o fundamento para a construção das metas e do plano de ação institucional.

### **2.3.2. Auto-Avaliação Institucional**

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do PDI, bem como, verificar se os

resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação.

Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhadas por toda a comunidade acadêmica. Nesta perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de auto-superação pelos atores-sujeitos e de auto-regulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia.

Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

A avaliação do desenvolvimento institucional é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. Desta forma, a política para a avaliação institucional no UNIFACEX esta assentada nos seguintes objetivos:

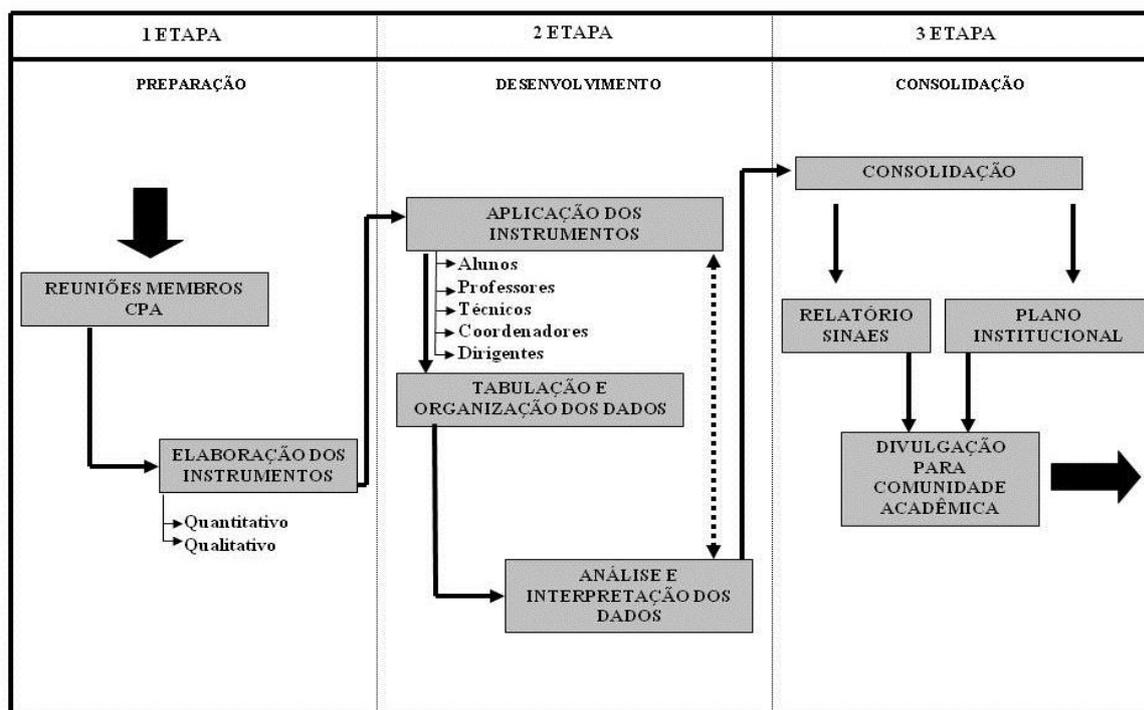
- Orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho, em consonância com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Reformular as políticas gerais da Instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o Programa;
- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;

- Incrementar o Processo de Avaliação Institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medidas elas se articulam e correspondem à missão da Instituição na formação do profissional, na produção, divulgação e aplicação do conhecimento;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, a Avaliação do Desenvolvimento Institucional implica a criação de uma metodologia de acompanhamento ordenado das ações e prioridades, analisando a distância entre o pretendido e o realizado com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos do UNIFACEX e de sua imagem junto à sociedade, tendo como parâmetro de eficácia o alcance social das atividades, a eficiência do funcionamento e o crescimento destas atividades.

Desde a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pelo Ato GD nº 02, de 10 de junho de 2004 e aprovada pelo CONSUP em 11 de agosto de 2004, o processo de Auto-Avaliação passou a ser uma das atribuições da CPA. Para tanto se utiliza de uma gama de instrumentos de acompanhamento e avaliação institucional que se encontra descrita no documento intitulado de “Plano de Avaliação Institucional”. Nele são detalhadas todas as fase do processo de avaliação interna, bem como aspectos metodológicos e epistemológicos relevantes. É importante ressaltar que, de forma geral e independente do instrumento utilizado, a CPA entende que as orientações do Conselho Nacional de Ensino Superior - CONAES, através das 10 dimensões, norteiam as políticas institucionais de planejamento e de avaliação. Atualmente a autoavaliação da Instituição segue a sistemática da figura a seguir:

## DESENHO DA AVALIAÇÃO



**Figura 3:** Sistemática de Avaliação da CPA.

### 2.3.3. Sistemas de Informação e de Comunicação

O registro e controle acadêmico, envolvendo todas as atividades discentes, são feitos pela Secretaria da Instituição por meio de programas informatizados apropriados para este fim. O registro acadêmico é feito por um sistema que atende aos requisitos de segurança, confiabilidade, transparência e agilidade das informações.

O sistema de informação *Universus* registra os dados desde o processo seletivo até a graduação dos alunos. O sistema permite: a matrícula dos alunos; a geração das turmas; acompanhamento das notas; a emissão do histórico escolar; emissão do diário de classe; acompanhamento financeiro; protocolo; espelho da folha de pagamento dos professores; gráficos de avaliação individual, em grupo, por disciplina, por curso, ingresso, evasão, transferências e outros. Servindo à comunidade, o *Universus-Net* possibilita ao discente ter acesso as informações quanto ao vínculo com a instituição, histórico escolar, acompanhamento de notas, boletos de pagamento e demais requerimentos de interesse acadêmico, tudo pela internet.

Para garantir o bom funcionamento da organização é preciso trabalhar e aprimorar os meios de comunicação internos e externos da organização. A comunicação interna é um dos

responsáveis pela eficiência operacional das atividades institucionais. Permite o adequado fluxo da informação e a correta execução das tarefas em todos os níveis organizacionais. Já a comunicação externa garante a interação com a sociedade, promovendo um canal bilateral de comunicação.

Para garantir a boa comunicação interna, o UNIFACEX utiliza, dentre outras ferramentas, o *e-mail*. O UNIFACEX possui domínio próprio e todos os setores e funcionários têm e-mails corporativos, facilitando assim a comunicação rápida, segura e eficiente. Para a comunicação com os alunos, a instituição edita bianualmente o Manual do Aluno no qual são colocadas todas as informações necessárias para o direcionamento acadêmico e administrativo.

Nesse Manual estão expostos os principais pontos dos regulamentos institucionais, bem como os direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade acadêmica. Além disso, a instituição faz uso da importante ferramenta AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), utilizado para viabilizar o fluxo de informação entre a comunidade acadêmica bem como para dar suporte nas atividades servindo de apoio ao ensino e aprendizagem.

Sempre que necessário a Reitoria edita Ofício Circular comunicando as informações importantes para o bom andamento das atividades previstas no calendário acadêmico. As diversas unidades de ensino dispõem, ainda, de murais nos quais são fixadas informações pertinentes aos cursos e as suas respectivas Coordenações. O UNIFACEX também mantém em sua página na Internet, no endereço [www.unifacex.com.br](http://www.unifacex.com.br), as informações atualizadas do calendário acadêmico, bem como as últimas informações institucionais. Atualmente, a Internet tem se mostrado um canal bastante eficiente para garantir um fluxo contínuo de informação entre a instituição e o meio externo.

## 3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

### 3.1. PROJETO PEDAGÓGICO

#### 3.1.1. Aspectos Gerais

##### 3.1.1.1. Apresentação do projeto do curso

Um Projeto Pedagógico de Curso encerra em si um ideal político pré-definido e uma proposta de trabalho acadêmico detalhada que, por sua vez, descreve um conjunto de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em um dado público alvo pretendido, tudo com base nos referenciais e preceitos associados a tais capacidades, e a metodologia a ser adotada.

Este projeto foi elaborado em atendimento ao artigo 12 da Lei 9.394/96 (LDB) que determina *“os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I. Elaborar e executar a sua proposta pedagógica;”*.

Neste projeto se explicita a identidade do curso pretendido contemplando as tendências que regem a produção do saber na área do conhecimento, pautando-se nelas para formar o profissional que se ajuste ao mercado de trabalho, quando essa necessidade se fizer presente. Em outras palavras, em sua intencionalidade, é comandado pelo futuro, pela visão prospectiva, a partir de um presente que se vive.

##### 3.1.2. Justificativa do Curso

O curso de Serviço Social do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX, busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, instrumental e ético-político, capazes de responder as demandas do mercado, bem como responder ao atual contexto, problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses populares.

Reconhecida como uma profissão de caráter interventivo no âmbito da “questão social”, a trajetória do Serviço Social na sociedade brasileira demonstra o amadurecimento teórico-

metodológico, ético-político e técnico-operativo e a consolidação de um espaço sócio ocupacional conquistado pela profissão.

Essa trajetória mostra que o surgimento da profissão e sua formação acadêmica no Brasil, nos anos de 1930, está relacionado às estratégias de enfrentamento da “questão social”. Os Assistentes Sociais, oriundos do seio católico, são requisitados pelo bloco dominante - Igreja, empresariado e Estado – para atenuar as sequelas da “questão social”, realizando uma ação educativa de controle político das classes trabalhadoras e de prestação de serviços assistenciais. Nesse contexto, as primeiras escolas de Serviço Social nascem como unidades isoladas, vinculadas à Igreja e ao Estado, e caracterizam-se por realizar uma formação mais doutrinária do que técnica.

No Rio Grande do Norte, o primeiro curso de Serviço Social foi criado em 2 de junho de 1945, sob o nome de Escola de Serviço Social de Natal (ESSN), a partir de acordo firmado entre a Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal – JFCBN e a Legião Brasileira de Assistência – LBA, em face da necessidade de qualificação de agentes para intervir nas expressões da “questão social”, notadamente nos problemas decorrentes da II Guerra Mundial e da seca de 1942.

O projeto de institucionalização/profissionalização do Serviço Social na década de 1940, devido ao acirramento da “questão social” no país, ampliou as respostas do Estado burguês para enfrentamento da mesma, via implementação de políticas sociais, o que conferiu ao Assistente Social o papel de executor dessas políticas. A partir daí, a profissão legitima-se no circuito institucional de organismos estatais e privados como uma profissão assalariada, demarcando o surgimento de um espaço sócio ocupacional que constitui mercado de trabalho para o Serviço Social (Paulo Netto, 1992, p. 70-71)<sup>1</sup>.

Tal mercado passa a exigir uma formação acadêmica mais consistente, teórica e tecnicamente representada, nesse momento, pela adoção do Neotomismo/Positivismo/Funcionalismo nos marcos do pensamento conservador.

Nesse processo de crescente profissionalização do Serviço Social que se traduz num movimento de secularização da profissão e da sua formação acadêmica, no ano de 1956, o Ministério da Educação e Cultura reconhece o curso como de nível superior. Em Natal, o curso de Serviço Social agregou-se à Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1965.

A consolidação do mercado de trabalho ocorre nos anos de 1960, quando a burocratização do Estado autoritário passa a requisitar mais Assistentes Sociais - especialmente no âmbito do Estado – capacitados para realizar uma ação profissional “moderna”, de tendência tecnicista e

---

1 NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, 1992.

imparcial. A assunção desse Projeto Profissional de Modernização, vinculado ao projeto de legitimação da autocracia burguesa, impulsiona fortemente a criação de novos cursos de Serviço Social, referendados por uma formação profissional fundamentada no estrutural–funcionalismo e nos pressupostos neotomistas.

A construção desse projeto profissional de modernização, caracterizado pelo desempenho tradicional e adoção de suportes teórico-metodológicos e ideológicos conservadores, passa a ser questionada pelos profissionais em todo o continente latino-americano nos anos de 1960. Denominado Movimento de Reconceituação, este momento foi responsável pelo redirecionamento dos rumos profissionais, para uma prática de defesa do projeto das classes trabalhadoras e orientada pela tradição marxista.

No Brasil, esse processo se consolida na década de 1980, com o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo e aliança com as classes trabalhadoras. Para isso, o Serviço Social se apropria das fontes originais da teoria social crítica marxiana, o que lhe garante uma maioria intelectual na produção científica sobre a profissão, com o trabalho de Iamamoto & Carvalho<sup>2</sup>. Ainda são expressões desse momento a elaboração de um novo currículo em 1982, fundamentado numa sólida formação crítica de inspiração na teoria marxiana, bem como a aprovação de um novo Código de Ética, em 1986, claramente afinado com os interesses dos trabalhadores, enquanto resposta às exigências de redemocratização da sociedade e defesa do projeto das classes populares.

Nos anos de 1990, a profissão encontra-se consolidada. No âmbito da Formação profissional, a produção científica, a expansão da pós-graduação, o diálogo interdisciplinar com outras áreas de conhecimento e o reconhecimento pelas agências de fomento à pesquisa demonstram o amadurecimento acadêmico do Serviço Social. Em relação à organização política, a categoria profissional mostra um atento protagonismo político nas suas entidades representativas, ou seja, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), A Executiva Nacional e estudantes de Serviço Social (ENESSO), com a participação de profissionais nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e a ação política da categoria na defesa e controle social das políticas públicas. No terreno da prática profissional, ainda que exista uma distância entre as vanguardas acadêmicas e os profissionais “de campo” e a não consolidação de uma “nova legitimidade” para o Serviço Social

---

<sup>2</sup> IAMAMOTO M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

junto às classes subalternas (NETTO, 1996, p.108)<sup>3</sup>, as orientações ético-políticas do exercício profissional indicam a necessária vinculação entre o projeto profissional e o projeto das classes populares.

Essa trajetória permite observar que atualmente o Serviço Social reafirma o seu reconhecimento no mercado de trabalho pelo desempenho de habilidades e competências no âmbito da prestação de serviços sociais, direitos e políticas sociais de enfrentamento da “questão social”, destacando-se, nas últimas décadas, pela consolidação de sua atividade no campo da Seguridade Social, Criança e Adolescente, Gênero e Família, Movimentos Sociais, Terceira Idade, Portadores de Necessidades Especiais, entre outros.

Além dessas áreas, a vasta literatura sobre o Serviço Social contemporâneo demonstra que novas frentes de trabalho surgiram com o processo de democratização da sociedade e municipalização das políticas sociais, preconizados pela Constituição Federal de 1988. O (A) Assistente Social é chamado (a) a intervir na capacitação da sociedade civil: movimentos sociais e sindicais, organizações profissionais, o parlamento e os conselhos de controle social das políticas públicas, intervém ainda na formação, gestão, fiscalização e avaliação de políticas sociais, pesquisas e estudos da realidade social.

De outro lado, as propostas neoliberais de redução de gastos na área social e Reforma do Estado, direcionadas para a refilantropização do atendimento à “questão social”, mudam o espaço, as condições e relações de trabalho dos (as) Assistentes Sociais. Há o alargamento do espaço de trabalho, tanto no setor público quanto privado, embora haja uma precarização das relações trabalhistas, própria da estruturação produtiva vigente na contemporaneidade.

Segundo Netto (1996, p.120), as características estruturais da sociedade brasileira e sua inserção no sistema capitalista mundial demonstram que a demanda para o Serviço Social não tende a se contrair. As perspectivas são de ampliação do mercado de trabalho, tendo em vista a imbricação de demandas “tradicionais” e “novas” postas pelo acirramento da “questão social” na sociedade brasileira.

Em sintonia com esse desenvolvimento alcançado pela profissão e referenciado pela concepção de ensino a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o curso de Serviço Social do UNIFACEX amplia o lócus de produção de conhecimento e intervenção sobre as

---

<sup>3</sup> NETTO, J..P. **Transformações societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n.50, p.87-132, abr. 1996.

manifestações da “questão social” na região da grande Natal/RN, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e estágio, desenvolvidas por seus professores e alunos.

Nesse sentido, o curso oportuniza uma maior oferta de vagas a alunos que não foram absorvidos pela UFRN, sendo a única alternativa de um curso de Serviço Social no turno noturno na cidade de Natal/RN. Dessa forma, tal iniciativa também contribui com a democratização do acesso ao ensino universitário no Brasil.

Na realidade do município de Natal/RN, a distância entre o número de candidatos e o de vagas parece indicar um quadro mais crítico em relação à média da região Nordeste. Conforme dados da Comissão Permanente de Vestibular- COMPERVE/UFRN, no ano de 2006, o Curso de Serviço Social foi um dos mais concorridos. A média da demanda final de candidatos inscritos para o curso matutino foi de 10,18%, e para o vespertino, de 8,8%. Embora tenha havido a criação de cursos de Serviço Social (presencial e à distância) nesse período, o curso de Serviço Social da FACEX, permanece sendo o único oferecido no turno noturno.

Os indicadores sociais de Natal revelam um cenário de apartheid social. Segundo França, (2003)<sup>4</sup>, a cidade sofre o impacto de uma rápida urbanização, constituindo-se no principal destino da população migrante do Estado, apresentando um elevado crescimento populacional nas últimas quatro décadas.

O IBGE (2013) aponta que 10,06% da população de Natal vive em favelas ou comunidades carentes. De acordo com o estudo, um total de 80.774 moradores vivem nestas áreas. A capital do RN conta 22.561 domicílios nestas áreas (Favelas ou comunidades). Ainda de acordo com o estudo, dos 28.075 moradores que tem acesso à educação, apenas 4,53% cursam de nível superior, maior que a média nacional, que é de 1,6%. Cerca de 62,1% deles frequentam escola ou creche.

Nesse sentido, o curso de Serviço Social do UNIFACEX reconhece a necessidade de solidificar uma formação profissional que privilegie o acompanhamento sistemático desse quadro, com investimento na dimensão investigativa, bem como na capacitação técnico-político para elaborar e efetivar propostas de trabalho para a ampliação dos direitos da imensa população. Por esta razão, em seu projeto pedagógico, assume como linha vocacional para o curso a capacitação para o enfrentamento da “questão social”, por meio do aperfeiçoamento de estratégias propositivas e criativas de trabalho, relacionadas à formulação, gestão, avaliação de programas e projetos sociais, assessoria e consultoria a organizações Não-Governamentais, Governamentais, Movimentos Sociais e demais entidades do chamado Terceiro Setor.

---

<sup>4</sup> FRANÇA, Mardone C. **Um olhar sobre Natal**: tão bela e desigual. Natal/RN, 2003.

### **3.1.3. Concepção do Curso**

O Curso Superior de Serviço Social tem por missão formar profissionais habilitados a apreender criticamente a realidade sócio histórica em suas múltiplas determinações, para intervir nas diversas expressões da questão social, na perspectiva de ampliação e consolidação dos direitos de cidadania.

### **3.1.4. Articulação do PPC com o PDI**

No ato da formulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social do UNIFACEX, e suas atualizações seguintes, o PDI foi e sempre será o norteador em relação aos aspectos teórico-metodológicos, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações de formação que o Curso de Serviço Social precisa seguir e respeitar, para se alinhar às ideias e determinações de tais documentos político-normativos maiores da IES.

O curso é concebido como sendo uma unidade acadêmica dotada de autonomia acadêmico-pedagógica para formar profissionais para atuarem em determinada área do conhecimento e mercado. Para que sua concepção seja levada efetivamente até as atividades acadêmicas, sua missão e seus objetivos, e para que o perfil desejado do egresso seja atingido, torna-se fundamental a articulação do PPC do Curso com o PDI da IES.

De forma mais geral e definitiva, o PPC do curso de Serviço Social do UNIFACEX está relacionado e adequado com as políticas apresentadas no PDI em relação a:

- Flexibilização do currículo a fim de proporcionar ao aluno maior autonomia na sua formação acadêmica, o que se comprova inquestionavelmente pela oferta na Matriz Curricular do Curso de várias disciplinas de tipologias, nomenclaturas e conteúdos variáveis ou optativos;
- Reuniões com o corpo docente do Curso, especialmente com o NDE e o CONSEC do Curso, para discussão e análise (e até atualização) permanente do seu Projeto Político-Pedagógico, levando-se em consideração sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas consolidadas e emergentes postas à profissão;
- Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;

- Qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- Discussão sobre a qualidade do curso de graduação, nos diferentes fóruns, envolvendo Pró-reitores, Reitoria, Coordenadores e Conselhos.

### **3.1.5. Concepção do processo ensino-aprendizagem**

A concepção do processo ensino-aprendizagem atual do Curso de Serviço Social do UNIFACEX encontra resposta na máxima de que somente com atividades, ações e características produtivas e eficazes de envolvimento do corpo discente, a proposta pedagógica maior do Curso será atingida e cumprida. O ensino, de valores e conteúdos, depende de ferramentas próprias de cumprimento de suas finalidades, que é formar o aluno.

### **3.1.6. Regime acadêmico, estrutura e duração do Curso**

O Curso é organizado no regime Seriado Semestral (com disciplinas obrigatórias e específicas para o respectivo período/turma, segundo a Matriz Curricular vigente, disciplinas estas organizadas segundo uma sistemática/lógica crescente de habilidades, competências, /especialização e conhecimentos técnicos), em que cada “Semestre Letivo” de oferta sequencial corresponde a um “Período” do Curso, tendo o Curso 08 (oito) Semestres Letivos ao todo, correspondentes cada um a 08 (oito) Períodos Acadêmicos.

### **3.1.7. Interdisciplinaridade no Curso**

A interdisciplinaridade se realiza pela execução de uma proposta pedagógica concebida com o objetivo de sistematizar, facilitar e agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da convergência de assuntos similares ou afins nas disciplinas do semestre, bem como resgatar e aplicar competências adquiridas em semestres anteriores, para que assim se desenvolvam atividades de pesquisa nas quais alia-se teoria e prática, a fim de que o aluno possa perceber as nuances desta relação.

### **3.1.8. Flexibilidade**

O planejamento do Curso de Serviço Social do Unifacex centrou-se nos os 04 (quatro) pilares da Educação Contemporânea (aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprende a ser) (DELORS, 2001), priorizou-se os princípios da flexibilização curricular, da interdisciplinaridade, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, da articulação entre teoria e prática.

A estrutura curricular do curso apresenta-se com caráter dinâmico e flexível. As práticas como componentes curriculares - PCCs (práticas pedagógicas) articuladas aos conhecimentos teóricos das disciplinas em cada período possibilitam, ao longo do curso, a introdução de conhecimentos e formas de trabalho pedagógico que atendam às necessidades mais imediatas do aluno no trato de questões específicas de sala de aula e da escola em geral. A articulação teórico-prática se faz presente na metodologia utilizada no curso. Nessa perspectiva, as atividades de estágio e extensão articulam os saberes teóricos, metodológicos e ético-políticos estudados nas disciplinas que compõe a estrutura curricular. Dessa forma, o aluno sistematiza os conhecimentos agindo, refletindo e agindo.

A flexibilidade curricular acontece quando é exercida a autonomia universitária proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (LDB). O Plano Nacional de Educação instituído pela Lei 10.172/2001 preconiza que as Diretrizes Curriculares sejam flexíveis. Os pareceres do CNE número 776/97 e o 583/2001 evidenciam que a flexibilização nos currículos deverão abranger a formação prévia e as expectativas dos formandos.

### **3.1.9. Metodologia e técnicas de Ensino-Aprendizagem**

É preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. O cerne de todo fazer universitário é o conhecimento e as relações que em torno dele se estabelecem por meio de sua produção, transmissão, apropriação e disseminação, a partir e para a realidade social. O aluno precisa aprender a estudar por si mesmo.

A evolução do conhecimento é de tal ordem que o curso não consegue supri-lo integralmente. Consoante esse conceito, a equipe docente deve pautar sua ação educativa em procedimentos que promovam a autonomia do aluno e sua capacidade de análise e interpretação.

Tendo em vista essas colocações, o UNIFACEX busca adotar uma metodologia de ensino que tenha como fundamentos expressos:

a) assumir que o conhecimento não é algo pronto, acabado e verdadeiro, mas provisório, relativo, datado no tempo e no espaço, produto da investigação, podendo ser alterado;

b) assumir a procura da criatividade, concebendo o estudo, por meio de novas formas de seleção e articulação do conteúdo, como uma situação construtiva e significativa que ocorre a partir de temas, questões e problemas;

c) garantir uma situação onde não predomine a síntese e onde possa ocorrer o equilíbrio entre síntese e análise. Nesse sentido, algumas ações serão prioritárias no que se refere à inovação pedagógica e à formação do profissional cidadão;

d) avaliar continuamente os processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos objetivos da IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;

e) garantir a qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e técnicas de ensino que levem em conta as especificidades de sua clientela;

f) promover a integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática.

### **3.2. CONCEPÇÃO DE PESQUISA, FOCO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A pesquisa é incentivada por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC) a qual tem por objetivo estimular o desenvolvimento do pensar criativo e a formação do conhecimento prático e metodológico do aluno de graduação, sempre sob a orientação de um professor-orientador participante do projeto de pesquisa.

O PROIC prevê duas modalidades de participação do aluno:

**Bolsista:** é o aluno que obteve maior destaque nos critérios de seleção. Este aluno receberá uma bolsa anual para um período de dez (12) meses.

**Voluntário:** é o aluno selecionado para o Programa de Iniciação Científica, que não recebeu bolsa e deseja participar de projetos de pesquisa como voluntário em atividade extraclasse, sem remuneração, com o objetivo de enriquecer sua futura carreira profissional.

Os alunos participantes do PROIC/UNIFACEX poderão receber um atestado de participação, desde que cumpridas todas as diretrizes aqui estabelecidas, bem como as atividades explicitadas em um plano de trabalho.

É importante evidenciar que a seleção dos bolsistas de iniciação científica (PROIC/UNIFACEX) será de responsabilidade dos Coordenadores de Cursos, juntamente, com líderes de grupos e coordenador de projeto. Para tanto, deverá:

- Divulgar entre os alunos de graduação os objetivos e o período de inscrição no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PROIC/UNIFACEX), através de edital (em anexo);
- Colocar o formulário de inscrição, na internet (site e no Ambiente Virtual de Aprendizagem), à disposição dos alunos candidatos ao Programa;
- Definir os critérios de seleção que irão adotar;
- Convocar dois professores-pesquisadores, preferentemente com titulação mínima de mestre, para comporem uma Comissão de Seleção que selecionará os alunos aptos ao Programa.
- Informar a Coordenação de Pesquisa e Extensão, em ata assinada pela Comissão, os nomes, em ordem alfabética, dos alunos selecionados para o Programa.

### **3.3. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO**

A Extensão Universitária é uma importante e necessária forma de atuação acadêmica, ao lado do Ensino e a Pesquisa, que visa o aprimoramento dos conhecimentos por meio de articulações entre educação, cultura e ciência, estimulando a integração social entre academia e sociedade. Essa integração pode ser compreendida como uma relação social de impacto e transformação onde os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida, elegendo questões prioritárias, formulando soluções, compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

Através da realização das ações de extensão, os estudantes e toda a comunidade interessada, têm a chance de desenvolver habilidades teóricas e práticas que venham a contribuir com seu crescimento pessoal e profissional. Essas ações são pensadas, inicialmente, a partir do princípio de indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a

relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Ao assumir esta postura o UNIFACEX expressa uma nova visão da sociedade em que se insere. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre a IES e a população. Por outro lado, retira o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, sinalizando para uma IES voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade visa produzir saberes tanto científicos e tecnológicos, quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, permitir que diferentes setores da população local e regional usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares. Os cursos e demais atividades de extensão podem também contribuir tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para o desenvolvimento de interesses pessoais.

O compromisso com os temas sociais permitem que a ação educativa se torne significativa para a comunidade uma vez que contempla práticas sociais vivenciadas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, as atividades e ações de Extensão do UNIFACEX, além das ofertas próprias e internas, visam estabelecer, também, contatos e parcerias para trabalho conjunto com outras instituições e organizações que, de alguma maneira, estejam compromissadas com o trato das questões sociais, da ética e que se refletem no exercício consciente da cidadania. Tais parcerias representam não apenas uma importante contribuição na aquisição de conhecimentos, mas também uma forma efetiva de se estabelecer o vínculo com a realidade sobre a qual se atua.

Tem-se, assim, um meio concreto de interação com o repertório sociocultural, permitindo resgate, no interior do trabalho acadêmico, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Essa perspectiva fundamenta-se na busca de sintonia com os dispositivos legais da LDB, com as necessidades que emergem das problemáticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, com os diversos segmentos da sociedade, instituições não governamentais (ONGs) e órgãos de Governo envolvidos com a melhoria das condições de vida da sociedade.

O Regimento Geral do UNIFACEX estabelece que a atividade de extensão se dará, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de

sua atuação. Por outro lado, o PDI do UNIFACEX estabelece que a extensão deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento de habilidades e competências do alunado possibilitando condições para que os alunos aprendam na prática os aspectos teóricos refletidos em sala de aula;
- Participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso;
- Oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades balizadas nos eixos temáticos do Fórum Nacional de Extensão;
- Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas;
- Concretização de ações relativas a sua responsabilidade social.

As atividades e ações de extensão do Curso de Serviço Social do UNIFACEX estão em consonância com as Diretrizes Gerais de Extensão do UNIFACEX e, atualmente, podem ser oferecidas como Programas, Projetos, Cursos, Minicursos, Ciclos de Debates, Oficinas Pedagógicas, Palestras, Eventos, Prestação de Serviços, Publicações, Editorações e Desenvolvimentos dentre outros.

### **3.4 OBJETIVOS DO CURSO**

O Curso Superior de Serviço Social do Centro Universitário FACEX, tem como objetivo Formar profissionais para atuarem nas múltiplas expressões da “questão social”, com uma formação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, na perspectiva da afirmação de um projeto profissional comprometido com a liberdade, a plena cidadania, a democracia, os direitos humanos e a qualidade dos serviços prestados à população.

O profissional formado por este curso estará apto a ocupar as funções de prestador de serviços assistenciais, educador, mobilizador pesquisador, gestor, assessor e consultor na esfera dos direitos nos seguintes campos de atuação: Instituições Públicas - Federal, Estadual e Municipal; Organizações privadas; Organizações populares; Entidades e organizações não-governamentais.

### 3.5 PERFIL PROFISSIONAL (PERFIL DO EGRESSO)

O perfil profissional para o formando deste curso está voltado para a realidade socioeconômica de Natal, sua região e todo o Estado do Rio Grande do Norte, com a formação intelectual e cultural de cunho generalista crítico, com estímulo à atitude investigativa, que possibilite a compreensão das múltiplas expressões da “questão social” sobre as quais atua, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, não-governamentais e movimentos sociais, respondendo de forma criativa e propositiva às demandas “tradicionais e novas”, por intermédio da inserção profissional em diversos espaços sócio ocupacionais e comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93.

- Como decorrência, o perfil do egresso do curso de Serviço Social apresenta as seguintes competências e habilidades:

- Ter domínio constante sobre categorias teóricas e habilidades técnico operacionais, que lhe habilitem na elaboração e implementação de propostas de trabalho, com vistas ao enfrentamento das manifestações da questão social e o fortalecimento de valores como a democracia, cidadania, equidade e justiça social;

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais junto a órgãos estatais, privados e não-governamentais;

- Prestar orientação e encaminhar providências, seja no âmbito individual, grupal ou populacional no sentido de atender e defender os seus direitos;

- Exercer a prática de planejamento social, organizá-lo e administrá-lo com vistas à implementação de direitos e serviços sociais;

- Construir, executar e avaliar pesquisas, incluindo estudos socioeconômicos com os usuários, no sentido de contribuir para a análise da realidade social e subsidiar as ações profissionais nas instituições estatais, privadas e não governamentais;

- Prestar assessoria, consultoria e capacitação de instituições públicas, privadas, do terceiro setor e movimentos sociais;

- Planejar, organizar e administrar serviços sociais e unidades de Serviço Social;

- Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

- Trabalhar em equipe interdisciplinar, contribuindo para o enfrentamento de demandas no âmbito da “questão social”;

- Capacitar técnica e politicamente representantes da sociedade civil para a defesa de políticas públicas, com vistas à formação de uma cultura democrática.

### **3.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR (ESTÁGIO OBRIGATÓRIO)**

O estágio se configura como uma experiência de fundamental relevância para a formação profissional, uma vez que propicia a unicidade entre teoria e prática, através do desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a construção do saber-fazer do (a) assistente social, na perspectiva do projeto ético-político da profissão.

No curso de Serviço Social trabalha-se utilizando como referências a Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as diretrizes de estágio; e a Política Nacional de Estágio Supervisionado da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

O estágio supervisionado curricular obrigatório é desenvolvido no 6º e 7º períodos do curso; e de acordo com a Portaria N.º 002 – FACEX, de 11 de janeiro de 2011, em seu artigo 2º, nenhum (a) aluno(a) pode ser matriculado (a) nas disciplinas de estágio obrigatório, quando houver, se não estiver regularmente nivelado (a) nos semestre anteriores.

No que diz respeito à supervisão direta de estágio, constitui-se atribuição privativa do assistente social, conforme o Artigo 5º da Lei N.º 8.662/93, que Regulamenta a Profissão de Assistente Social e o Código de Ética Profissional.

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS define dois tipos de supervisores que estão vinculados: o supervisor acadêmico (Professor da IES) e o supervisor de campo (assistente social da instituição campo de estágio). A supervisão deve ser realizada com base no Plano de Atividades de Estágio.

Na perspectiva do estreitamento das relações interinstitucionais (IES/Instituições campos de estágio) e do aprimoramento intelectual contínuo dos alunos e dos supervisores, apresentam-se os Fóruns de Supervisores, como instâncias que aglutinam docentes, profissionais e estudantes em torno das questões do estágio.

### **3.7 ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS**

Conforme o Art. 1º do Capítulo I, da Lei n.º 11.788/08, entende-se por estágio não obrigatório, o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que

visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que poderá ser utilizado como atividade complementar no caso do curso de Serviço Social, podendo ser iniciado a partir do 4º período.

Como mencionado anteriormente, o estágio não obrigatório é supervisionado, e os alunos acompanhados. Para isso, no UNIFACEX, foi instituída uma assessoria de estágio não obrigatório responsável pelo acompanhamento dos alunos. À coordenação do curso cabe emitir parecer técnico que ateste a compatibilidade das atividades descritas num plano de trabalho com as competências pretendidas pelo assistente social.

### **3.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares (ATC) estão na Estrutura Curricular de Serviço Social do UNIFACEX com o objetivo de fomentar a atualização permanente do corpo discente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as Diretrizes Curriculares para Serviço Social.

Na perspectiva do ensino, estas têm a finalidade de complementar as competências desenvolvidas a partir dos ementários das disciplinas previstos na Estrutura curricular. No âmbito da pesquisa, as ATCs servem de base para estimular à iniciação científica. Quanto à extensão, subsidia o desenvolvimento de habilidades técnicas, culturais, sociais e políticas a fim de consolidar o perfil desejado para o curso.

O Curso Superior de Serviço Social do UNIFACEX define a carga horária de 150 horas para atividades complementares, que devem ser integralizadas ao longo do curso. O cumprimento mínimo destas é obrigatório para conclusão do curso.

As atividades complementares, para serem validadas, devem estar em consonância com a formação pretendida e alinhada com as atividades e categorias previstas no Manual de Atividades Complementares do UNIFACEX.

Entretanto, não constitui uma obrigação de Serviço Social do UNIFACEX oferecê-las por meio da Coordenação de Pesquisa e Extensão. Outrossim, diversas atividades são promovidas

como estímulo ao cumprimento das ATCs, a saber: seminários, minicursos, colóquios, jornadas, visitas técnicas, simpósios, monitoria de ensino e extensão, publicação de trabalhos, iniciação científica, participação em defesas de teses, dissertações e monografia da área, organização de eventos, estágio não obrigatório, dentre outros. Além das atividades realizadas internamente, o curso estimula a participação dos alunos em congressos locais, regionais, nacionais e internacionais, encontros, atividades em geral da área, oferecidas por outras instituições.

As atividades complementares são institucionalizadas pelo UNIFACEX através de Manual próprio. A partir das diretrizes deste manual, o Curso Superior de Serviço Social, com o auxílio de um sistema de informação acompanha o processo de ATC.

O acompanhamento é realizado da seguinte maneira: o aluno preenche o relatório de atividade complementar e anexa o documento comprobatório da atividade desenvolvida. Estes relatórios e a comprovação da atividade são analisados quanto aos seguintes aspectos: veracidade, coerência técnica e alinhamento de categoria, considerando as determinações expressas no manual de ATC. A análise é realizada pelo coordenador do curso que, ao validar o relatório apresentado, lança a carga horária compatível no sistema. O sistema foi desenvolvido por equipe própria de informática do UNIFACEX e serve a todos os cursos da instituição.

A carga horária vai sendo creditada ao débito total de 150 horas que cada aluno apresenta ao ingressar no UNIFACEX. Para registrar esse trâmite, existe um arquivo físico, composto de pastas individuais que são abertas quando o aluno apresenta a primeira atividade complementar. Ao concluir o curso, as pastas desses alunos são encaminhadas para arquivo morto.

Além disso, o Curso Superior de Serviço Social oferta sistematicamente atividades que visam inserir o aluno num processo de aprendizagem contínua, levando-o a ampliar suas competências e a aproximar-se dos contextos socioeconômicos, técnico e cultural e incentivar o desenvolvimento de atitudes proativas e empreendedoras.

Neste sentido, a coordenação planeja, semestralmente, um calendário de atividades, que é inserido no calendário acadêmico da instituição e publicado para a comunidade acadêmica. Este calendário é divulgado no início de cada semestre em sala de aula e publicado no AVA do curso.

No intuito de estar sempre alinhada às necessidades emergentes, o UNIFACEX mantém a divulgação constante de eventos realizados na área, e, para isso, utiliza-se do cadastro eletrônico de alunos do curso. Quando necessário, a Instituição apoia o deslocamento dos alunos para eventos em outras localidades.

### 3.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso se baseia na inserção do aluno em Estágio Supervisionado I e II e se desenvolve na disciplina Sistematização do Trabalho Científico e TCC quando há a construção do tema/objeto do seu interesse, sendo concluído na orientação de TCC.

A regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se expressa nas normas internas definidas, elaboradas e aprovadas pelo Colegiado de Curso em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e no Manual de TCC elaborado pela Biblioteca do UNIFACEX.

### 3.10 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

O Curso de Serviço Social do Unifacex concebeu a oferta da Matriz Curricular do Curso abaixo definida, seguindo as disciplinas, pré-requisitos, cargas horárias e divisões curriculares por semestre letivo (período do Curso), a saber:

#### 3.10.1. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

#### **Relação de todas as disciplinas do Curso com as suas respectivas Cargas Horárias e Pré-Requisitos**

|   | PERÍODO | DISCIPLINA |  | CARGA HORÁRIA | PRÉ-REQUISITO |
|---|---------|------------|--|---------------|---------------|
| EIXO I – INICIAÇÃO AOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS | 1º      | 1          | INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL           | 60            |               |
|   |         | 2          | FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS                | 60            |               |
|   |         | 3          | ANTROPOLOGIA                           | 60            |               |
|   |         | 4          | METODOLOGIA CIENTIFICA                 | 60            |               |
|   |         | 5          | PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO | 60            |               |
|   |         | 6          | TEORIA POLÍTICA                        | 60            |               |

|   |    |    |  |    |          |
|---|----|----|--|----|----------|
|   | 2º | 7  | TEORIA SOCIOLOGICA I                                     | 60 |          |
|   |    | 8  | FHTM – I   | 60 |          |
|   |    | 9  | FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E NORDESTE            | 60 |          |
|   |    | 10 | ECONOMIA POLÍTICA  | 60 |          |
|   |    | 11 | ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL I (AMESS)   | 30 |          |
| EIXO II – FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL | 3º | 12 | TEORIA SOCIOLOGICA II                                    | 60 | 7        |
|   |    | 13 | FHTM II  | 60 | 1, 8     |
|   |    | 14 | SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE TRABALHO                    | 60 |          |
|   |    | 15 | PSICOLOGIA SOCIAL  | 60 |          |
|   |    | 16 | POLÍTICA SOCIAL  | 60 |          |
|   |    | 17 | ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL II (AMESS)  | 30 |          |
|   | 4º | 18 | FHTM III   | 60 | 1, 8, 13 |
|   |    | 19 | ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL                  | 60 |          |
|   |    | 20 | PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I                             | 60 |          |
|   |    | 21 | POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL       | 60 |          |
|   |    | 22 | CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL                             | 60 |          |
|   |    | 23 | ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL III (AMESS) | 30 |          |

|   |           |           |  |            |   |
|---|-----------|-----------|--|------------|---|
| <b>EIXO TEMÁTICO III - POLÍTICAS PÚBLICAS E FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL</b> | <b>5º</b> | <b>24</b> | <b>OFICINA DE INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO</b>                        | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>25</b> | <b>POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - SAÚDE</b>                   | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>26</b> | <b>POLÍTICAS SETORIAIS I</b>                                   | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>27</b> | <b>PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II</b>                           | <b>60</b>  | <b>20</b>                                       |
|   |           | <b>28</b> | <b>DIREITO, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO SOCIAL</b>                  | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>29</b> | <b>ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL IV (AMESS)</b> | <b>30</b>  |   |
|   | <b>6º</b> | <b>30</b> | <b>POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>      | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>31</b> | <b>POLÍTICAS SETORIAIS II</b>                                  | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>32</b> | <b>PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL</b>               | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>33</b> | <b>INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL</b>                     | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>34</b> | <b>ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL</b>          | <b>60</b>  |   |
|   |           | <b>35</b> | <b>ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I</b>                 | <b>230</b> | <b>TODAS AS DISCIPLINAS DO 1º AO 5º PERÍODO</b> |

|  |           |           |  |           |  |
|--|-----------|-----------|--|-----------|--|
| <b>EIXO TEMÁTICO IV - SOCIEDADE, TEMAS CONTEMPORÂNEOS E SERVIÇO SOCIAL</b> | <b>7º</b> | <b>36</b> | <b>CLASSE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>                          | <b>60</b> |  |
|  |           | <b>37</b> | <b>TÓPICOS ESPECIAIS I</b>   | <b>60</b> |  |
|  |           | <b>38</b> | <b>TERCEIRO SETOR E GESTÃO SOCIAL</b>                              | <b>60</b> |  |
|  |           | <b>39</b> | <b>MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL</b> | <b>60</b> |  |
|  |           | <b>40</b> | <b>EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS</b>                    | <b>60</b> |  |

|  |           |           |   |            |               |
|--|-----------|-----------|---|------------|---------------|
|  |           | <b>41</b> | <b>ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL II</b>   | <b>230</b> | <b>24, 35</b> |
|  | <b>8º</b> | <b>42</b> | <b>RELAÇÕES SOCIAIS E SOCIABILIDADE</b>           | <b>60</b>  |               |
|  |           | <b>43</b> | <b>ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL</b> | <b>60</b>  |               |
|  |           | <b>44</b> | <b>GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>   | <b>60</b>  |               |
|  |           | <b>45</b> | <b>TÓPICOS ESPECIAIS II</b>                       | <b>60</b>  |               |
|  |           | <b>46</b> | <b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>             | <b>60</b>  | <b>32</b>     |

4

| <b>RESUMO</b>                                   | <b>CH</b>    |
|---|--------------|
| Unidades Curriculares                           | 2500         |
| Estágio Obrigatório                             | 450          |
| Atividades Complementares                       | 150          |
| Optativas: LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais | 30           |
| <b>TOTAL GERAL DO CURSO</b>                     | <b>3.030</b> |

### 3.11 MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO

| MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|---|--------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| DISCIPLINA/COMPETÊNCIA  | COMPETÊNCIAS |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
|   | 1            | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| ANTROPOLOGIA  | x            |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS   | x            |   |   |   |   |   |   |   | x | x  |
| INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL  | x            |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO  |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| METODOLOGIA CIENTÍFICA  |              |   |   |   |   |   |   |   | x |    |
| FHTM I  | x            |   |   |   |   |   |   |   | x |    |
| TEORIA SOCIOLOGICA I  |              |   |   |   |   |   |   |   | X |    |
| FORMAÇÃO SOCIO-HISTORICA DO BRASIL E NORDESTE                                   | x            |   |   |   |   | x |   |   |   | x  |
| ECONOMIA POLÍTICA   | x            |   |   |   | x |   |   |   | x | x  |
| ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL (AMESS)                            | x            |   |   | x |   |   |   |   |   |    |
| TEORIA POLÍTICA   | x            |   | x |   |   |   |   |   | x | x  |
| POLÍTICA SOCIAL   | x            |   | x |   |   |   |   |   |   |    |
| SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE TRABALHO  | x            |   |   |   |   |   |   |   | x |    |
| PSICOLOGIA SOCIAL   |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| FHTM II   |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR EM SERVIÇO SOCIAL (AMESS)                            | x            |   | x |   |   |   |   |   |   |    |
| CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL  |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| TEORIA SOCIOLOGICA II   |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL   | x            |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I  | x            |   | x |   |   |   |   |   |   |    |
| POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL                             | x            |   | x |   |   |   |   |   | X | x  |
| POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL - SAÚDE  |              | x |   |   |   | x |   |   | x |    |
| OFICINA DE INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO  | x            |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| DIREITO, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO SOCIAL  |              |   |   |   |   |   |   |   |   |    |
| FHTM III  | x            |   |   |   |   |   |   |   | x |    |
| POLÍTICAS SETORIAIS I   | x            | x | x |   |   |   |   |   |   |    |
| PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II   | x            |   | x |   |   |   |   |   |   |    |
| ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL                                  | x            |   | x |   |   |   |   | x | x | x  |
| EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS  | x            |   |   |   |   |   |   |   | x | x  |
| INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL   | x            |   | x |   |   | x |   | x | X |    |
| NÚCLEOS TEMÁTICOS I   | x            |   |   |   | x |   |   |   |   |    |

|   |   |   |   |   |   |   |  |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|--|---|---|
| PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL                   |   | x |   | x | x |   |  |   |   |
| TÓPICOS ESPECIAIS I   |   |   |   |   |   |   |  |   |   |
| RELAÇÕES SOCIAIS E SOCIABILIDADE                            |   |   | x | x |   |   |  | x |   |
| ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I                     | x |   | x | x |   |   |  |   |   |
| MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SERVIÇO SOCIAL | x |   |   |   |   |   |  | x | x |
| TERCEIRO SETOR E GESTÃO SOCIAL                              |   |   |   |   |   |   |  |   |   |
| ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL                  | x |   | x |   |   | x |  | x | x |
| GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS                    | x |   | x |   |   |   |  | x |   |
| ESTÁGIO EM SS II  | x |   | x |   |   |   |  | x | x |
| TÓPICOS ESPECIAIS II  | x |   |   |   |   |   |  | x |   |
| TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO                              | x |   |   |   |   |   |  |   |   |

#### LEGENDA - COMPETÊNCIAS CONFORME PPC

|                |  |
|----------------|--|
| Competência 01 | • Ter domínio constante sobre categorias teóricas e habilidades técnico operacionais, que lhe habilitem na elaboração e implementação de propostas de trabalho, com vistas ao enfrentamento das manifestações da questão social e o fortalecimento de valores como a democracia, cidadania, equidade e justiça social; |
| Competência 02 | • Elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais junto a órgãos estatais, privados e não-governamentais;  |
| Competência 03 | • Prestar orientação e encaminhar providências, seja no âmbito individual, grupal ou populacional no sentido de atender e defender os seus direitos;   |
| Competência 04 | • Exercer prática de planejamento social, organizá-lo e administrá-lo com vistas à implementação de direitos e serviços sociais;   |
| Competência 05 | • Construir, executar e avaliar pesquisas, incluindo estudos socioeconômicos com os usuários, no sentido de contribuir para a análise da realidade social e subsidiar as ações profissionais nas instituições estatais, privadas e não governamentais;   |
| Competência 06 | * Prestar assessoria, consultoria e capacitação de instituições públicas, privadas e do terceiro setor;  |
| Competência 07 | * Planejar, organizar e administrar serviços sociais e unidades de Serviço Social;   |
| Competência 08 | * Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;  |
| Competência 09 | * Trabalhar em equipe interdisciplinar, contribuindo para o enfrentamento de demandas no âmbito da “questão social”;   |
| Competência 10 | * Capacitar técnica e politicamente representantes da sociedade civil para a defesa de políticas públicas, com vistas à firmação de uma cultura democrática.   |
| Competência 11 | * Capacidade de assumir uma postura crítica sobre o papel dos sujeitos coletivos e movimentos sociais na solidificação dos direitos sociais e humanos inerentes a sociedade brasileira.  |

### **3.12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

O sistema de avaliação visa à aferição do desempenho do aluno de forma continuada, permitindo a avaliação do processo e do resultado esperado, conforme definido no projeto pedagógico do curso. A frequência às aulas e demais atividades curriculares, permitida apenas aos alunos devidamente matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, excetos nos casos previstos em lei. A avaliação de aprendizagem terá objetivo formativo no qual se identificará as carências que não foram bem trabalhadas nas unidades letivas e que servirão de reflexão para aprimoramento metodológico da unidade seguinte.

Para efeito de aprovação em disciplina, é requerido do aluno, além do cumprimento das exigências de aproveitamento estabelecidas no regimento geral, que haja frequência mínima em 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades curriculares previstas na carga horária da disciplina, considerando-se reprovado, automaticamente, aquele que não satisfaça tal condição.

O aproveitamento é avaliado a partir do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas avaliações que consistem de um conjunto de verificações de aprendizagem nas atividades acadêmicas realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina. A verificação da aprendizagem consiste de qualquer instrumento ou processo utilizado, para aferir conhecimento ou habilidade do aluno, na forma de teste, prova, trabalho teórico ou prático, projeto, ou de quaisquer outras técnicas pertinentes à programação da disciplina, aplicados individualmente ou em grupo, em consonância com o projeto pedagógico de cada curso.

O semestre letivo está dividido em duas unidades e eventual exame final, durante o período letivo, e expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, ou por conjunto de disciplinas, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento, e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo, através dos planos de ensino.

A avaliação da aprendizagem em observância ao projeto pedagógico do curso, engloba os conteúdos ministrados, as atividades acadêmicas, as habilidades desenvolvidas e as competências requeridas do aluno. O professor, a seu critério e com a anuência da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios, e outras atividades curriculares em classe, no total de trinta por cento da nota final de cada unidade.

Os setenta por cento da nota final de cada unidade deve constar de uma atividade avaliativa, denominada de prova da unidade, obrigatoriamente com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo o coordenador fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Independentemente de outros critérios, deve o professor atribuir nota 0,0 (zero) ao aluno que deixar de realizar avaliações ou quaisquer atividades curriculares que lhes sejam pertinentes na data prevista.

O docente, a qualquer momento, ouvida a coordenação de curso, pode anular qualquer avaliação, trabalhos, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, se houver suspeitas de vícios, uso de meios ilícitos ou necessidades extraordinárias.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades acadêmicas, o aluno é aprovado:

- I. Independente de exame final, quando obtiver média semestral igual ou superior a sete, correspondente à média aritmética das avaliações parciais realizadas durante o período letivo;
- II. Mediante exame final, quando obtiver média semestral inferior a sete e superior ou igual a dois, e alcançar média final não inferior a seis, esta resultante da média semestral alcançada no semestre letivo e a auferida no exame final.

As médias são expressas em números inteiros com aproximação até a primeira casa decimal, sem arredondamento. É considerado reprovado o aluno que:

- I. Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina;

II. Não obtiver na disciplina, resultado final igual ou superior a seis, após exame final.

Possibilita-se ao aluno uma segunda chamada da prova da unidade (i e/ou ii), objetivando a substituição de resultado nulo em razão de falta na data da avaliação, mediante apresentação de requerimento com justificativa comprovada de sua ausência e pagamento de taxa. A prova da segunda chamada da I e II unidades será contemplada dentro do exame final.

O exame final, previsto no calendário acadêmico, versará sobre os conteúdos da i e ii unidades e será aplicado através de uma prova com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta, sendo vedada a aplicação da segunda chamada do exame final. Para os alunos que requereram a segunda chamada da I e/ou II unidades, a nota do exame final será convertida na proporção de 70% (setenta por cento) em substituição à prova da unidade que foi requerida.

### **3.13. SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO**

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social do UNIFACEX constantemente sofre avaliações e análises da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do próprio Curso, visando seu aprimoramento e melhoria continuados dentro de um processo de atualização focado basicamente nas mudanças pedagógicas e curriculares que o curso precisa implementar, no tempo e no espaço, no seu cotidiano acadêmico e fazer pedagógico.

Nas reuniões ordinárias do NDE, tais verificações são feitas sempre com a participação opinativa do Conselho de Curso (CONSEC), ou apenas de grupo específico de docentes de disciplinas e/ou atividades acadêmicas diretamente ligadas ou com interesses pedagógicos nas discussões e soluções em análise, visando à ampliação dos debates e do alcance das soluções. Para tanto, este processo permanente de avaliação interna do Curso levará sempre em consideração:

- A) o desempenho global do Curso, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão por ele desenvolvidas (em suas mais variadas atividades, ações, projetos e programas);
- B) o atendimento dos Padrões de Qualidade fixados para a área do Curso;
- C) os resultados do ENADE;

D) os resultados das Avaliações Institucionais da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da IES sobre todo o Corpo Docente do Curso com Disciplinas, sobre Curso em si sua Coordenação, e sobre a própria IES, avaliações institucionais estas realizadas semestralmente (ao final dos semestres letivos) pelo Corpo Docente, Corpo Discente e pela própria Coordenação do Curso.

### **3.14 APOIO AO DISCENTE**

#### **3.14.1 Apoio psicopedagógico ao discente**

As políticas do UNIFACEX para apoio psicopedagógico aos discentes estão estabelecidas no SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE, a disposição na instituição, e tem como intuito auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão incluindo desde a recepção aos novos estudantes até o acompanhamento e apoio às suas necessidades, ligadas direta ou indiretamente à vida acadêmica.

Encaminhamentos ao Setor de Psicopedagogia dos alunos com dificuldades no aprendizado, no relacionamento ou na produtividade acadêmica, são ações previstas e utilizadas no cotidiano acadêmico, seja de modo espontâneo (quando o aluno por sua iniciativa e conta própria procura o referido Setor da IES e realiza atendimento), seja de modo provocado, quando passa a existir um encaminhamento do aluno pela Coordenação do Curso, a partir ou não de pedido de algum docente específico do Curso.

#### **3.14.2 Mecanismos de Nivelamento**

O UNIFACEX considera o processo seletivo como o momento prévio de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. A partir do mesmo e em conjunto com as avaliações regulares em sala de aula, que é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem, é planejado o nivelamento dos alunos em áreas/disciplinas/conhecimentos básicos (quando necessário e se justificar).

Neste sentido, a IES, com o auxílio dos setores competentes e colegiado dos cursos, propicia ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula, buscando identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional. A política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

- Acompanhamento e orientação didática, de modo prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas ditas básicas;
- Organização de atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não;
- Oferta de cursos de extensão em língua portuguesa e matemática básica. Estes cursos de nivelamento visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio;
- Desenvolvimento de turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso.

### **3.14.3 Atendimento Extraclasse**

A todos os alunos é disponibilizado um apoio pedagógico realizado pelos professores, previsto em suas atribuições docentes regulares. Todos os cursos possuem uma Coordenação a quem cabe orientar os alunos com relação as mais diversas questões e problemas que enfrentam no dia a dia do Curso e suas peculiaridades.

Para o atendimento geral dos discentes existem, na Central de Relacionamento da Instituição, setores de atendimento financeiro, setor de atendimento acadêmico ao discente, setor de controle acadêmico, setor de admissão e matrícula, setor de diplomas, secretaria geral etc., tudo devidamente estruturado e organizado para dar todo o suporte aos alunos nas suas mais variadas necessidades e demandas, Central de Relacionamento esta aberta diariamente nos 03 (três) turnos do dia, além do sábado em horário especial.

Importante lembrar que vários dos sérvios e atendimentos que são prestados na referida Central de Relacionamento, atualmente já podem ser prestados virtualmente por meio do site do UNIFACEX, através dos vários sistemas específicos de serviços disponíveis virtualmente.

### **3.15 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

No aspecto estritamente pedagógico e acadêmico, tem-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), importante ferramenta/instrumento de apoio didático pedagógico ao docente, é um valiosíssimo mecanismo virtual de suporte as suas necessidades de ensino, tendo em vista que por meio de qualquer computador com acesso a internet em qualquer parte do mundo, o professor poderá executar inúmeras tarefas e ações não presenciais, em ambiente virtual. Todo conteúdo informativo e documental de caráter acadêmico e administrativo institucional no UNIFACEX, quando disponível, sempre será postado na internet através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponível 24hs por dia, diretamente em link próprio no site do UNIFACEX (<http://www.unifacex.com.br>) ou diretamente no endereço eletrônico: <http://ava.unifacex.com.br/grad/>

Neste ambiente (que é o meio-veículo oficial de comunicação virtual da IES) todos os Alunos, Professores, Coordenadores e demais órgãos e dirigentes da instituição de ensino podem manter contato permanente uns com os outros para os mais diversos propósitos, postar materiais, realizar uma séria de tarefas (como avaliações *on-line*) e se utilizar de várias ferramentas.

Os professores, por exemplo, enviam seus materiais pedagógicos e comunicados diretamente junto aos alunos (podendo tais comunicados além de ficar no AVA podem ser encaminhados via e-mail) e a Coordenação do Curso, por exemplo, enviar comunicados importantes para uma turma específica, ou para todos os alunos do Curso, além de postar materiais. O uso do AVA é obrigatório e cabe aos alunos, professores e Coordenações de Curso o constante e produtivo acesso contínuo a tal ferramenta.

Ainda no aspecto do suporte didático-pedagógico aos docentes, tem-se outro importante órgão da IES que é o Núcleo de Educação Permanente (NEP), responsável pela oferta continuada de atividades e ações voltadas basicamente para o desenvolvimento profissional do corpo docente

do UNIFACEX, ministrando oficinas, palestras, minicursos, grupos de debate e seminários de discussão sobre os mais variados temas do mundo acadêmico, todos ligados à atividade docente.

Temas como processos de avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, métodos e técnicas pedagógicas, ferramentas de ensino etc. São continuamente trabalhados junto aos docentes, seja de forma automática ou provocada, mas sempre no âmbito da atualização profissional.

## 4. CORPO DOCENTE

### 4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Curso de Serviço Social do UNIFACEX tem seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por 05 (cinco) professores apresentados no quadro a seguir e, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua Presidência, com o propósito de promover avaliações periódicas, num processo contínuo de realinhamento da proposta pedagógica, dentre outras finalidades e atribuições também importantes tanto acadêmicas, quanto administrativas.

O Curso de Serviço Social está incluído no Programa de Avaliação Institucional, nos termos do Decreto Federal nº 5.773/2006. Sua implantação é acompanhada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e executada pelo Núcleo Docente Estruturante com a participação do Conselho, Coordenadoria, alunos, professores e funcionários.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do mesmo avalia e acompanha o processo do desenvolvimento do perfil do egresso conforme as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, discutindo e reavaliando o que for necessário para a implementação e o aperfeiçoamento da proposta pedagógica.

Vide abaixo o Quadro de Docentes componentes do NDE do Curso de Serviço Social:

| <u>Docente</u>                                | <u>Formação Acadêmica</u> |          |          |                      |                     | <u>Regime de Trabalho**</u> |
|---|---------------------------|----------|----------|----------------------|---------------------|-----------------------------|
|   | <u>Titulação*</u>         |          |          | <u>Área do curso</u> | <u>Fora da área</u> |                             |
|   | <u>D</u>                  | <u>M</u> | <u>E</u> |                      |                     |                             |
| Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro | x                         |          |          | Sim                  | Não                 | TI                          |
| Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral           |                           | x        |          | Sim                  | Não                 | TI                          |
| Terezinha Cabral de Albuquerque Neta          |                           | x        |          | Sim                  | Sim                 | TP                          |
| Marina Clarissa Barros de Melo                |                           | x        |          | Não                  | Sim                 | TI                          |
| Djosete Santos da Costa                       |                           |          | x        | Não                  | Sim                 | TI                          |

\*Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.

\*\* TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.

O número de professores integrantes do Núcleo Docente Estruturante corresponde a 05 (cinco) componentes, sendo 01 doutor, 03(três) mestres e 01 (um) especialista. Cabe o destaque para o regime de trabalho dos docentes do Núcleo: todos os componentes são contratados no regime de trabalho de tempo integral/parcial.

#### **4.2. COORDENAÇÃO DO CURSO**

Como Coordenador do Curso, o responsável pela gestão geral do Curso Superior de Serviço Social é a professora Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro, que tem como formação o curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). É Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007) e Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, na Universidade do Porto/Portugal(2014).

##### **4.2.1 REGIME DE TRABALHO E DEDICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO COORDENADOR DO CURSO**

O Coordenador do Curso, conforme acima explicitado, exerce suas funções administrativas e acadêmicas como Coordenador do Curso de Serviço Social do UNIFACEX em Regime de Trabalho de Tempo Integral (TI), com 40 (quarenta) semanais, incluindo docência em disciplinas do mesmo Curso e todas as atividades e ações acadêmicas e administrativas correlatas ao exercício pleno da Coordenação do Curso.

##### **4.2.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÊMICA E NÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR DO CURSO**

O Curso Superior de Serviço Social é coordenado pela professora Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro que como docente na instituição ministrou, desde 2009, as disciplinas: Política Social, Políticas Setoriais e Atividade Multidisciplinar em Serviço Social. Atuou como professora substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008-2009), coordenou o Núcleo de Ação Social na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) (2000-2006), foi docente da Universidade Vale do Acaraú –UVA (2005-2007).

#### 4.2.3 PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COORDENAÇÃO DO CURSO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS ACADÊMICOS DA IES

O Conselho Universitário – CONSUNI, que é o órgão superior de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, é integrado: Pelo Reitor, seu Presidente; Pelos Pró-Reitores; Por um representante do corpo docente, escolhido por seus pares, em lista tríplice; Por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei; Por um representante do corpo técnico-administrativo, escolhido pelo Reitor, em lista tríplice; Por um representante da Mantenedora, indicado por esta; Por dois representantes da comunidade, indicado pela Mantenedora dentre as entidades por ela credenciadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX, órgão central de supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, possui atribuições deliberativas, normativas e consultivas e é composto: Pelo Reitor, seu Presidente; Pelos Pró-Reitores; Por quatro representantes dos coordenadores de curso, escolhidos por seus pares; Por quatro representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares; Pelo Conselho de Pesquisa e Extensão; Por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso.

#### 4.3 CONSELHO DE CURSO (CONSEC)

O Curso de Serviço Social do UNIFACEX tem ainda um Conselho de Curso (CONSEC), oficialmente composto e materialmente atuante, também composto por 05 (cinco) professores e um discente apresentados no quadro a seguir:

| <u>Docentes do NDE do Curso de Serviço Social do UNIFACEX:</u> | <u>Titulação*</u> |          |          | <u>Regime de Trabalho**</u> |
|--|-------------------|----------|----------|-----------------------------|
|  | <u>D</u>          | <u>M</u> | <u>E</u> |                             |
| Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro                  | x                 |          |          | TI                          |
| Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral                            |                   | x        |          | TI                          |

|                                      |                        |   |  |    |
|--------------------------------------|------------------------|---|--|----|
| Terezinha Cabral de Albuquerque Neta |                        | x |  | TP |
| Marina Clarissa Barros de Melo       |                        | x |  | TI |
| Bismarck Oliveira da Silva           | Representante Discente |   |  |    |

\*Titulação – D: Doutor; M: Mestre; E: Especialista.

\*\* TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.

**\*\* TI – Tempo Integral e TP – Tempo Parcial.**

O CONSEC reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, e, extraordinariamente, sempre que assim justifique a necessidade da administração acadêmica do curso Evidencia-se que Compete ao Conselho de Curso - CONSEC:

- deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, proposto pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante;
- deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e de extensão relativos ao curso ou dentro de sua área específica;
- pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- aprovar o plano e o calendário anual das atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador; e
- exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Geral da IES.

#### 4.4 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente é composto por 13 docentes , destes 0 são especialistas, 12 possuem mestrado, 01 doutorado, totalizando 100% com titulação em programa de pós graduação stricto sensu.

#### **4.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO – PERCENTUAL DE DOUTORES**

O corpo docente é composto por 13 docentes, destes, 01 possuem doutorado, totalizando 10% com a referida titulação.

#### **4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO**

O corpo docente é composto por 13 docentes, destes 02 são contratados em regime de tempo integral, 01 é contratado em regime de parcialidades e 10 são horistas. Ou seja, 23% compõem o quadro com Integral ou Parcial.

#### **4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE**

Do corpo docente possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia. Com isso, 100 % possuem mais de 3 anos (ou 2) de experiência extra sala de aula

#### **4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (OBRIGATÓRIA PARA AS LICENCIATURAS)**

Não se aplica

#### **4.9 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE**

Do corpo docente possui experiência profissional no magistério superior de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia. Com isso, 100 % possuem mais de 3 anos (ou 2) de experiência em sala de aula.

#### **4.10 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA**

Nosso quadro docente possui um perfil de que pelo menos 50% têm mais de 9 produções nos últimos 3 anos.

## 5 INFRAESTRUTURA



O Centro Universitário FACEX - UNIFACEX está situado em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte numa área total de 22.000 m<sup>2</sup> em terreno próprio. Sua área construída é de aproximadamente 19.000 m<sup>2</sup> e está disposta em várias edificações, conforme descrição dos itens que seguem.

As instalações físicas foram projetadas de forma global visando aproveitar bem o terreno, de forma a atender plenamente a todas as exigências legais e educacionais.

A área física do UNIFACEX é formada por prédios dos dois lados da Rua Orlando Silva, praticamente tomando todo o quarteirão. Do lado esquerdo, fica a piscina semiolímpica, a Central de Relacionamento, Prédio II e o Ginásio de esporte. Do lado direito situa-se o Prédio I e o Prédio III, na Rua Dr. José Xavier da Cunha, 1978, encontra-se o moderno Prédio IV, assim como a Unidade V, localizada da Unidade CIC.

### 5.1. SALAS DE AULAS

As salas de aula destinadas aos diversos cursos são amplas, considerando-se o número de alunos matriculados nas turmas correspondentes. Todas se encontram bem conservadas e permanentemente limpas. O mobiliário existente, em cada uma delas, é adequado e suficiente para as atividades nelas desenvolvidas, além de não oferecerem interferências significativas resultantes de ruídos externos ou poeira.

Quanto aos recursos didáticos, as salas dispõem de quadro branco para pincel e um pequeno mural para fixação de comunicados e de trabalhos. Os retroprojetores, *datashow*, telas e outros recursos são fornecidos pela SAD – Serviço de Apoio Docente.

As salas possuem carteiras individuais projetadas de forma a proporcionar conforto ao aluno. Mesmo conservadas, são periodicamente pintadas para manter sempre uma ótima aparência. Tanto as salas como todo o mobiliário são limpos diariamente (de forma rotineira ou tantas vezes quantas forem necessárias), proporcionando aos alunos e professores um ambiente agradável e confortável.

## **5.2. INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO**

A Sala da Coordenação do Curso de Serviço Social do UNIFACEX situa-se no 2º andar da Unidade II, acessível facilmente por escadas e elevador, e instalada em amplo espaço próprio e fixo capaz de manter todo o registro e arquivamento dos documentos próprios e internos do Curso, realizar reuniões internas e estabelecer o atendimento de alunos, professores e público externo de forma confortável e adequada.

## **5.3 AUDITÓRIO/SALA DE CONFERÊNCIA**

A Instituição possui um auditório, um com capacidade para 250 pessoas. Possui também, 01 anfiteatro com capacidade de 45 pessoas, além de mini-auditório. Todos os espaços são adequados em dimensão, acústica, iluminação, ventilação/refrigeração, limpeza e mobiliário.

## **5.4 SALA DOS PROFESSORES**

A IES disponibiliza 02 (duas) salas para os professores que somadas totalizam mais de 65 m<sup>2</sup>. Nelas há a mesas e cadeiras , espaço para computadores, acesso a internet, wi fi, ambiente refrigerado, espaço para lanches dentre outros. Com isso, atendemos de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

## **5.5 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Todas as condições de acesso para portadores de necessidades especiais estão observadas. Existem rampas, elevadores, instalações sanitárias especiais e vagas na garagem. O UNIFACEX cumpre o Decreto nº 5.269/04, que “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Oito de suas salas de aula, salas de coordenadores, todos os cinco Laboratórios de Informática e

Biblioteca situam-se no térreo dos prédios I, II e III, contando com rampas de acesso, o que facilita a locomoção de portadores de necessidades especiais. Ainda no térreo situa-se a recepção e secretaria, a quadra poliesportiva, o setor de pagamento de mensalidades, cantinas, espaço de convivência, auditório, reprografia, bebedouros etc. Os pisos superiores contam com corrimão.

Desta forma, propicia aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Ressalte-se que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é integralmente respeitada, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e será atendida pela IES, quando demandada por alunos com essa necessidade

## **5.6 ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS**

O UNIFACEX oferta a seus alunos vários laboratórios de informática (todos com computadores completos e todos os softwares necessários ao trabalho acadêmico diário), distribuídos pelas várias unidades de ensino. Somado a isso ainda existem computadores nas Bibliotecas da Instituição para uso de livre acesso.

Convém destacar que os laboratórios são modernos e atualizados e contam com equipe própria de manutenção. Todos os laboratórios possuem equipamento multimídia facilitando a exposição dos conteúdos. A instituição disponibiliza acesso à Internet com link dedicado da Embratel de alta capacidade, proporcionando acesso eficiente e rápido na *web*, e como redundância da disponibilização do serviço, tem-se 02 (dois) com provedores de internet.

Todos os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços já referidos, estão conectados às redes de comunicação científica. A instituição disponibiliza 07 dias por semana 24 horas por dia sua estrutura de portais de comunicação bem como portal de apoio ao ensino presencial (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) para a comunidade acadêmica.

Na estrutura física está disponibilizado um laboratório de informática com 30 computadores ligados à Internet para acesso comum dos alunos destinados a estudos ou pesquisa, aberto das 8h00min as 21h00min com a presença de um monitor de laboratórios para apoiar o uso, bem como um ambiente de Internet sem fio localizado em todas as áreas comuns de

todas as unidades e na biblioteca, esta que também conta com ambiente de estudo e pesquisa com computadores ligados à Internet e sala de estudos para grupos.

A infraestrutura ainda conta com mais 08 laboratórios de informática destinados as aulas práticas, somando 244 computadores ligados à Internet. Neste ambiente temos mais um monitor de laboratórios que está presente, das 13h30min às 22h30min, para apoiar o uso.

## **5.7 BIBLIOTECA DO UNIFACEX**

A Biblioteca é um órgão suplementar da instituição, vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica desta IES é Coordenada e Supervisionada sob forma sistêmica como biblioteca híbrida (Universitária e escolar), com atribuições diretas aos cursos de nível superior com perfil e formação voltados para a pesquisa, ensino e extensão. Sua política de funcionamento rege-se por regulamento próprio e Normas Internas.

A Biblioteca tem como objetivo: Recuperar, organizar, disseminar e socializar a informação bibliográfica, multimeios e virtual, bem como promover a cultura entre docentes, discentes e funcionários da IES de forma dinâmica e eficaz, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

É fundamental que as solicitações de livros, periódicos, DVDs e outras sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o Ensino, quanto para a Pesquisa e a Extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo, coloca-se também como essencial.

### **5.7.1 Instalações Físicas da Biblioteca**

Dispomos de duas bibliotecas, uma localizada na Unidade I do UNIFACEX, sendo de fácil acesso para os seus usuários: alunos, professores e funcionários, como também a comunidade em geral. A segunda é localizada na Unidade CIC com mais de 486 m<sup>2</sup>.

A estrutura da biblioteca Unidade I está distribuído em sede própria com três pavimentos, providos de acesso aos deficientes, sendo um térreo e dois mezaninos. Dispõe também de banheiro masculino e feminino. Sua área física é de 1.163,21m<sup>2</sup>, distribuída da seguinte forma:

Térreo = 505,13m<sup>2</sup>; Pavimento 1 = 412,30m<sup>2</sup>; Pavimento 2 = 245,78m<sup>2</sup> e 156,32m<sup>2</sup> de área para serviços técnico-administrativos.

As instalações estão disponibilizadas para acervo, leitura individual, 07 salas para estudo em grupo, 17 cabines individuais semiabertas, 16 terminais de acesso à Internet, circulação e terminais de consultas ao catálogo *online*, possuindo mais de 300 assentos para uso diário.

A biblioteca da Unidade CIC é dotada da seguinte estrutura geral: a Recepção = 18,67 m<sup>2</sup>, Balcão de Empréstimo = 17,05 m<sup>2</sup>, Sala da Bibliotecária = 7,85 m<sup>2</sup>, Sala de Acervo (01) = 47,71 m<sup>2</sup>, Sala de Acervo (02) = 40,35 m<sup>2</sup> dentre outros.

Todo o seu espaço é climatizado com ambientação moderna e confortável. Dispõe de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas eletromagnéticas.

### **5.7.2 Horário de Funcionamento da Biblioteca**

A biblioteca funciona em horário ininterrupto de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h e no sábado das 8h às 12h.

### **5.7.3 Serviços Ofertados pela Biblioteca**

A Biblioteca disponibiliza alguns serviços pertinentes à sua comunidade interna e externa:

- a) Atendimento ao público: Este serviço está ligado diretamente ao usuário, atuando junto em tirar dúvidas e auxiliar na utilização dos serviços e localização física dos materiais.
- b) Empréstimos: Disponibiliza a circulação e empréstimo dos materiais do acervo da biblioteca para seus clientes internos, bem como reserva e renovação (in loco ou online), devolução e as modalidades de empréstimo especial e empréstimo entre bibliotecas.
- c) Serviços Online: Via Internet, o usuário pode reservar e renovar materiais, como também consultar sua situação na biblioteca.
- d) Comutação Bibliográfica: Viabiliza a possibilidade de obter cópias de artigos publicados em periódicos, teses e anais de congresso pertencentes a outras instituições.

#### **5.7.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo Bibliográfico**

A política de aquisição, atualização e expansão do acervo bibliográfico adotada pelo UNIFACEX é baseada nas necessidades dos cursos de Graduação, Pós-graduação e extensão, mantidos pela Instituição, seguindo as indicações dos corpos docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

Para seu desenvolvimento, a Biblioteca do UNIFACEX conta com plano de expansão para o período de vigência do PDI, abrangendo os recursos de informática, serviços, recursos humanos, recursos materiais e recursos físicos.

#### **5.7.5 Acervo da Biblioteca**

A Biblioteca caracteriza-se como multidisciplinar, uma vez que existe a necessidade de fornecer com precisão, relevância e atualidade, as informações bibliográficas necessárias aos alunos do colégio, graduação e pós-graduação do UNIFACEX e à comunidade em geral.

Possui um acervo de qualidade, composto por edições atuais e em excelente estado de conservação. O crescimento da coleção é constante, sendo ampliado de acordo com o Cronograma de Desenvolvimento Organizacional da IES e através das solicitações emitidas pelos Coordenadores de curso, que seguem as bibliografias do corpo docente e das solicitações dos discentes. Após a seleção do material, a listagem com as solicitações é enviada para a Biblioteca, que, por sua vez, faz o levantamento quantitativo do material já existente e encaminha para a Direção Financeira que executa os procedimentos de compra.

O acervo é uma ferramenta indispensável para subsidiar a formação do corpo discente e docente da IES, tanto no aspecto educacional quanto no cultural.

O acervo é composto por mais de 31.708 títulos e 90.237 volumes/exemplares de todas as áreas do conhecimento humano, distribuídos em livros, folhetos, periódicos, multimeios (multimídia) e produção acadêmica, conforme especificados a seguir.

| TIPO DE MATERIAL        | TÍTULOS       | EXEMPLARES    |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Livros                  | 26.206        | 63.273        |
| Folhetos                | 917           | 1.222         |
| Periódicos              | 1.276         | 21.084        |
| Multimeios (Multimídia) | 1.061         | 2.120         |
| Produção Acadêmica      | 2.248         | 2.538         |
| <b>TOTAL</b>            | <b>31.708</b> | <b>90.237</b> |

O material bibliográfico pode ser consultado pela base do Sistema Pergamum (PUC-PR) via Internet, através da homepage da UNIFACEX ([www.unifacex.com.br](http://www.unifacex.com.br)) ou na base local da própria Biblioteca. Todo o acervo está automatizado e o catálogo online disponibilizado para consulta é de fácil utilização e oferece diferenciadas formas de busca da informação.

No que tange à entrada e saída de materiais no âmbito da biblioteca, todos aqueles que são adquiridos e devolvidos circulam com bastante agilidade. Esse fluxo ocorre de maneira satisfatória porque o acesso ao material é priorizado pela Seção de Processamento Técnico que disponibiliza o documento ao usuário, e pela seção de circulação, que é responsável pela reposição do documento na estante, tanto novos como os devolvidos do empréstimo.

A Biblioteca é organizada com a Classificação Decimal Universal (CDU), o que facilita a localização física dos materiais, haja vista que esse sistema de classificação possibilita a organização dos materiais por assunto.

Dinamizando o suporte à pesquisa acadêmica e, acompanhando as mudanças de paradigmas para o setor de bibliotecas, o UNIFACEX conta com o uso de novas ferramentas desenvolvidas no campo da disseminação da informação, uma vez que a biblioteca deixa de ser local de conservação e preservação das informações em suportes impressos. A Biblioteca do UNIFACEX faz uso da base de dados, disponibilizando pontos de acesso direto à informação, estando disponível não só aos usuários da rede da Instituição, como também a qualquer pessoa da comunidade universitária.

A Instituição conta atualmente com o uso via internet de bases de dados:

| BASES DE DADOS   | FORMA DE ACESSO |
|------------------|-----------------|
| SCIELO           | Internet        |
| PROSSIGA         | Internet        |
| IBICT/CCN        | Internet        |
| TESES. EPS. UFSC | Internet        |
| TESES/USP        | Internet        |
| <b>TOTAL</b>     | <b>05</b>       |

## 5.8 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS DO CURSO

A seguir são apresentados os Nomes Completos, Cargas Horárias (CH) Totais, Ementas e as Bibliografias (Básicas e Complementares) de todas as Disciplinas. Para melhor explicitar o ordenamento dos conteúdos e suas finalidades pedagógicas, as disciplinas são apresentadas na sequência do semestre letivo em que serão oferecidas (Períodos do Curso).

### 1º PERÍODO

#### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

**Disciplina:** Introdução ao Serviço Social

**Carga Horária:** 60 horas/aulas

**Período:** 1º

#### EMENTA

O significado histórico-social do Serviço Social e as particularidades do exercício profissional no Brasil e no Rio Grande do Norte na contemporaneidade. Questão social e direitos no horizonte da ética profissional, os desafios ao projeto ético-político da profissão e o protagonismo das entidades representativas da categoria.

#### BIBLIOGRAFIAS

Básicas:

IAMAMOTO, MARILDA V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 13 ed. – São Paulo, Cortez 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e o serviço social no Brasil:** o esforço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. – São Paulo, Cortez; (Lima Peru): CELATS, 2007. (PARTE II – ASPECTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL).

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

#### Complementares:

ABEPSS. **Formação do assistente social e a consolidação do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXV, Nº. 79, 2004.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é serviço social**. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos, nº. 111).

GOUVEIA, Eliezer Camilo de. Et al. **Memória da Escola de Serviço Social de Natal – 1945 à 1955**. Natal: UFRN. Ed. Universitária. 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação – 6 ed.** São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Antropologia

**Carga Horária:** 60 h/aula

**Período:**1º

## EMENTA

---

A historicidade da constituição do saber antropológico: campo e objeto da antropologia. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena.

## BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. RJ: Jorge Zahar, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2001.

#### Complementares:

COSTA, Cristina. **O desenvolvimento da antropologia social**. In: Sociologia introdução à ciência da sociedade. 2 ed- são Paulo: Moderna, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 17-35.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de antropologia, v. 39, n 1, São Paulo, 1998, p. 13-36.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. SP: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Comp. Das Letras, 1996.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Fundamentos Filosóficos

**Carga Horária:** 60 horas

**Período:** 1º

## EMENTA

---

Trabalhar os fundamentos da Filosofia e principais correntes filosóficas que influenciam o Serviço Social: Neotomismo, Neopositivismo, Funcionalismo, Fenomenologia e Marxismo.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Filosofia e Serviço Social: das origens à Araxá**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003

NETTO, J. Paulo. **O que é Marxismo**. Col. Primeiros passos nº. 148, São Paulo: Brasiliense, 1985

### Complementares:

BORON, Afílio A. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARITAIN, Jacques. **Por um humanismo cristão: textos seletos**. São Paulo: Paulus, 1999. – (Ensaio Filosóficos).

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do romantismo até nossos dias**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1991. (Coleção Filosofia V. III)

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Prática de Leitura e produção de texto

**Carga Horária:** 60h

**Período:** 1º

## JUSTIFICATIVA

---

A Prática de Leitura e produção de texto tem se apresentado, na contemporaneidade, como importante ferramenta ao trabalho do assistente social. Desse modo, acredita-se que os conteúdos serão mais bem trabalhados, otimizando o processo ensino-aprendizagem.

## EMENTA

---

Linguagem. Texto e fatores de textualidade. Gêneros e tipologias textuais. Análise e produção de texto.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

FLORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto:** leitura e redação. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Ática, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental:** para cursos de Contabilidade, Economia e Administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNPO, Lúbia Scilar. **Português Instrumental.** 24. ed. Porto Alegre: Sagra, 2003.

### Complementares:

FLORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RAE – Revista de Administração de empresas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência Textual.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1989.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Metodologia Científica

**Carga Horária:** 60h

**Período:** 1º

---

## JUSTIFICATIVA

---

A disciplina Oficina de iniciação da vida acadêmica foi substituída para Metodologia Científica, porque se entende que os assuntos abordados na primeira não condizem com as novas expectativas e exigências dos alunos em um nível superior. Cujo novo perfil é um aluno que reconheça a importância do conhecimento científico e que se preocupe com os aspectos metodológicos e procedimentais da pesquisa. E que estejam aptos a desenvolverem os trabalhos dentro das exigências da comunidade científica.

## EMENTA

---

A organização da vida de estudos na universidade. Biblioteca e o uso de recursos bibliográficos. A documentação como método de estudo pessoal. A ciência e seus princípios fundamentais. Conceitos e procedimentos de pesquisa. Técnicas de estudos. Biblioteca e o uso de recursos bibliográficos. Seminários. Tipologia de trabalhos científicos. Estrutura e normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT. Citações em documentos e referências.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT:** comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba: Jurúá, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva M<sup>a</sup>; MARCONI, Marina A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

### Complementares:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000, p21-26.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica:** como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDRADE, M. m. DE. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

## 2º PERÍODO

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Economia Política

**Carga Horária:** 60

**Período:** 2º

### EMENTA

---

Aspectos introdutórios. Teorias da produção capitalista. Abordagens críticas ao capitalismo. A globalização da economia. Neoliberalismo. O debate contemporâneo das teorias modernas e pós-modernas. Evolução da economia brasileira. As mudanças do padrão de acumulação e suas consequências sobre a economia nacional e internacional.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 202;

Hunt, E. K.; SHERMAN, H. J. **Historia do Pensamento Econômico.** 19. Ed. PETROPOLIS: Vozes, 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

#### Complementares

PASSOS, Carlos Roberto Martins, NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia.** 6º Ed. São Paulo: MAKRON Books 2012;

IANNI, O. A. **Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2001.

LACERDA, A.C. de ET AL. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANO, Wilson. **Introdução à Economia: Uma abordagem crítica**. São Paulo: UNESP, 1998.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I - FHTM I

**Carga Horária:** 60 horas

**Período:** 2º

## EMENTA

---

O surgimento e institucionalização do Serviço Social na Europa, América Latina, Brasil e Rio Grande do Norte: estudo da cultura teórico-conservadora no Serviço Social e as influências dos fundamentos teórico-metodológicos norte-americanos e europeus, bem como a emergência do processo de renovação no contexto do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil: as vertentes, mudancista e conservadora.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

CASTRO, Manrique Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 9. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, Raul. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de um interpretação histórico metodológica**. 23 ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
Complementar

### Complementares:

GUEDES, Olegna de Souza. A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: Uma influência neotomista. In: **Serviço Social em revista**. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v4n1\\_compreensao.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_compreensao.htm)>. Acesso em 08 de fevereiro de 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade e sua reprodução"**. 2 ed.-SP: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Rita de Lourdes. Sessenta anos de Serviço Social em Natal (RN). In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.85, p.142-162

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS, **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.p.01-20

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Formação Sócio-Histórica do Brasil e do Nordeste

**Carga Horária:** 60h

**Período:** 2º

### EMENTA

---

Estudo sobre o processo de formação sócio-histórica do Brasil, vinculado ao movimento de expansão capitalista, levando em consideração as perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas repercussões na região nordeste do Brasil. Este inserido de forma complementar no processo de acumulação capitalista concentrador e seletivo.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil**. 23.ed- Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

BRUN, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

#### Complementares:

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. "Herança de diferenciação e futuro de fragmentação" In: Dossiê Nordeste. **Revista de estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, vol. 11, nº 29, jan./abril, 1997.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Teoria Política

**Carga Horária:** 60 h

**Período:** 2º

### EMENTA

---

Os clássicos da teoria política, suas contribuições para a análise contemporânea do Estado Brasileiro: Questões da democracia, cidadania, relações entre o público e o privado.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

### Complementares:

BRESSER\_PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática**. In: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, no. 34, 1995: 85-104.

DAGNINO, Evelina.(Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimentos sociais**. In: Biblioteca básica/ serviço social v.5. Cortez: São Paulo, 2007.

WEFFORT, Francisco. (org). **Os clássicos da política 1**. São Paulo: Ática, v. 1, 2006.

NETTO, J. Paulo. **O que é Marxismo**. Col. Primeiros passos nº. 148, São Paulo: Brasiliense, 1985

### **IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

---

**Disciplina:** Teoria Sociológica I

**Carga Horária:** 60h

**Período:** 2º

### **EMENTA**

---

Formação histórica da Sociologia. As matrizes do pensamento sociológico. Objeto de estudo e método da Sociologia: principais aportes da obra de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

### **BIBLIOGRAFIAS**

---

#### Básicas:

COSTA, M. Cristina C. **Sociologia - Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna,1997.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

#### Complementares:

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LCT, 1977.

MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001 [1848].

TOMAZI, Nelson Dacio (coord.). **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Atividade Multidisciplinar em Serviço Social I (AMESS)

**Carga Horária:** 30 Horas/aulas

**Período:** 2º

## JUSTIFICATIVA

---

A disciplina Atividade Multiprofissional em Serviço Social I é caracterizada por fomentar no conjunto discente a reflexão articulada de temas pertencentes às demais disciplinas presentes naquele semestre. Isso significa dizer que sua importância reside na interface entre os componentes curriculares, à medida que proporciona um diálogo aberto, contribuindo para instrumentalizar os alunos para o exercício profissional.

## EMENTA

---

Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

Obs: As referências básicas serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

### Complementares:

As referências complementares serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

## 3º PERÍODO

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Teoria Sociológica II

**Carga Horária:** 60 h

**Período:** 3º

## EMENTA

---

Os enfoques teóricos clássicos e o seu debate frente às transformações contemporâneas nas Ciências Sociais: a crise paradigmática e as atuais abordagens.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

DURKHEIM, Émile. **Regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2000

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza . **Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-Modernidade**. SP, Cortez Editora, 1995.

Complementares:

IANNI, Octaviano. O cidadão do mundo. In.\_\_\_\_\_.**A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

DOMINGUES, José Maurício. **Da escola de Frankfurt aos sistemas e o mundo da vida na teoria dual de Habermas**. In: \_\_\_\_\_. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. **Organização e tradução de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand: Rio de janeiro, 2007.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social – FHTM II

Carga Horária: 60 horas/aula

Período: 3º

## EMENTA

---

As determinações e influências do Movimento de Reconceituação Latino Americano e seus desdobramentos no Brasil no contexto da autocracia burguesa, o desgaste desta e as perspectivas modernizadora, “reatualização do conservadorismo” e de “intenção de ruptura”.

## Bibliografias

---

### Básicas:

NETTO, José Paulo. A Renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. In: **Ditadura e Serviço Social no Brasil**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. In: **Teorização do Serviço Social**. 2 ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1986.

SILVA & SILVA, Maria Ozanira (Coord.) Contextualizando o Serviço Social no Processo Histórico Brasileiro. In: **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. São Paulo: Cortez, 1993.

### Complementares:

IAMAMOTO, MARILDA V. e CARVALHO, Raul. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010..

AGUAR, A. G. **Filosofia e Serviço Social**: das origens à Araxá. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FALEIROS, V. de P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XXVI, nº 84, Nov, 2005.

LIMA, Rita de Lourdes. Sessenta anos de Serviço Social em Natal (RN) In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVII, nº 85. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Serviço Social e Processos de Trabalho

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 3º

## EMENTA

---

Trabalho e processos de trabalho, o Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho inserido em diversos processos de trabalho.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

MARX, Karl. O capital. **Crítica da economia Política**. Cap. V. Livro I. Vol I Tradução de Reginaldo Sant'Ana. RJ. BERTRAND. 1989;

IAMAMOTO, MARILDA V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4º. Cortez ed. SP. 2001.

\_\_\_\_\_. Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção. In: **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

### Complementares:

FALEIROS, Vicente de P. **Saber profissional e poder institucional**. 6º ed. São Paulo. 2001;

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço social. In **capacitação em Serviço Social e Política Social** mod. 2. Brasília, CFESS.ABEPSS-CEAD - UNB 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. Divisão do trabalho e serviço social. In: **Renovação e conservadorismo no Serviço Social – Ensaios críticos**. 3ª ed. Cortez ed. São Paulo. 1995 (pg 87 a 102);

PONTES, Reinaldo. **Mediação**: Categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4. Capacitação em serviço social e política social. CFESS-ABEPSS-CEAD-UNB. Brasília 2000.

\_\_\_\_\_. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Psicologia social

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 3º

### JUSTIFICATIVA

---

A Psicologia Social tem como objeto de estudo a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, assim sendo essa nomenclatura - Psicologia Social - atesta para esse intercâmbio entre a Psicologia e o Serviço Social, pois integra saberes e dimensões dessas áreas, levando o estudante a assimilar conceitos que embasarão sua prática profissional. Sílvia Lane (2006) afirma que o enfoque da Psicologia Social é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente. Destarte, ressalta-se mais uma vez a importância da Psicologia tecer saberes e conexões com o Serviço Social, sendo eminentemente uma Psicologia Social.

### EMENTA

---

As principais matrizes análises das relações indivíduo x sociedade: Principais tendências teóricas da Psicologia, caracterização da Psicologia Social e seus métodos de estudos. A construção da subjetividade na formação do ser social. Grupos nas organizações: estrutura, funções e processos grupais. Poder e Liderança e Problemas Intergrupais. Eficiência e eficácia dos grupos nas organizações. Questões da multidisciplinaridade da equipe.

### REFERÊNCIAS

---

#### Básicas:

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. T. , **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MYERS, David. **Introdução à Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Ed. LTC,1998.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline M. L.; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia social. 23º ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.**

#### Complementares:

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony f. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2000.

CARPIGANI, Berenice. **Psicologia das raízes aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Pioneiro, 2002.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da psicologia**. 8º ed. Petrópolis. RJ.: Ed. Vozes, 2004.

SAMPAIO, Jr. **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social**. Estudos Contemporâneos II . SP: Casa do Psicólogo.1999.

SAWAIA, Bader. (org.) **As armadilhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004..

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Política Social

**Carga Horária:** 60 horas/aulas

**Período:** 3º

### EMENTA

---

A política social nos marcos da sociedade capitalista. Sistema brasileiro de proteção social. Constituição e gestão dos fundos públicos. Formas de regulação social, suas expressões no âmbito público e privado. Transformações no mundo do trabalho e as novas formas de regulação e reforma do Estado.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** - 8. ed - São Paulo: Cortez, 2011, (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista.** 10. ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

GARCIA, Joana. **Política social e serviço social:** contextos distintos, desafios semelhantes. *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez, n. 86, 2006.

#### Complementares:

BEHRING, Elaine R. **Fundamentos de política social.** In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.* São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social,** n. 8.662, de 7 de junho de 1993, publicada no DOU de 8 de junho de 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social.** Aprovado pela resolução CFESS n. 273/93, e modificado pelas resoluções CFESS n. 290/94 e 333/96. 3 ed. rev. amp. Brasília: CFESS, 1997.

PEREIRA, Amazoneida Potyara P. Estado, sociedade e esfera pública. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS. ABEPSS, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. LUZA, Ednaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Revista Textos & Contextos (Porto Alegre),** v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez. 2011.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**DISCIPLINA:** Atividade Multidisciplinar em Serviço Social II (AMESS)

**CARGA HORÁRIA:** 30 Horas/aulas

**PERÍODO:** 3º

### JUSTIFICATIVA

---

A disciplina Atividade Multiprofissional em Serviço Social II é caracterizada por fomentar no conjunto discente a reflexão articulada de temas pertencentes às demais disciplinas presentes naquele semestre. Isso significa dizer que sua importância reside na interface entre os componentes curriculares, à medida que proporciona um diálogo aberto, contribuindo para instrumentalizar os alunos para o exercício profissional.

## EMENTA

---

Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

Obs: As referências básicas serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

### Complementares:

Obs: As referências complementares serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

## 4º PERÍODO

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social – FHTM III

**Carga Horária:** 60 horas

**Período:** 4º

## EMENTA

---

Estudar o Serviço Social na contemporaneidade: movimento de intenção de ruptura a partir dos anos 1980 face às transformações societárias apontadas para o século XXI e as repercussões sobre as dimensões: teórica, metodológica, ética e política do projeto profissional hegemônico do Serviço Social a partir da revisão crítica do marxismo na pós-modernidade.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 240p.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed.–São Paulo: Cortez, 2002.

### Complementares:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social.** Revista Em Questão, Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. 495p. 6 reimp. 2011.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a Tradição Marxista.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 30, Ano X, abr. 1989, p.89-102.

\_\_\_\_\_. **Transformações Societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 50, Ano XVII, abr. 1996, p.87-128.

\_\_\_\_\_. **A Conjuntura Brasileira:** o Serviço Social posto à prova. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 79, Ano XXIV, set. 2004, p.05-25.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9.ed.-São Paulo: Cortez, 2003, p.23-45.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Ética Profissional em Serviço Social

**Carga Horária:** 60 horas/aula

**Período:** 4º

## EMENTA

---

Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na Ética Profissional. A natureza da Ética Profissional: a dimensão filosófica, o ethos da profissão e os Códigos de Ética na trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro. O Projeto Ético-político Profissional e as questões éticas políticas da atualidade.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 4)

BRASIL, CFESS. **Código de Ética do Assistente Social e Lei de Regulamentação da profissão** nº 8662/93. 3 ed. Brasília, 1997.

### Complementares:

AGUIAR, Emerson Barros de. **Ética:** instrumento de paz e justiça. João Pessoa: Tessitura, 2002.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Sociedade. (Org.)** Comissão de Ética e Direitos Humanos. CFESS, 2001, V. 1, 2, e 3.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial:** um consenso mínimo entre os humanos. 2.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 131p.

BONETTI, D. A et al. **Serviço Social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo. Cortez/CFESS, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 7 ed. Civilização Brasileira, 1984.

## I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Políticas de Seguridade Social – Previdência Social

**Carga Horária:** 60 horas/aula

**Período:** 4º

### JUSTIFICATIVA

---

Destinar uma carga horária maior para estudar a política de previdência social brasileira propicia ao alunado um maior aprofundamento no conhecimento dos aspectos históricos dos sistemas de proteção social e das tendências do sistema previdenciário brasileiro. Permite também discutir melhor a inserção do assistente social na previdência, campo tradicional de atuação profissional, abordando seus principais desafios e potencialidades.

### EMENTA

---

Estudo dos sistemas de proteção social. Sistema previdenciário brasileiro. Legislação da previdência social. Serviço Social na previdência.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

BRAGA, Léa. CABRAL, Maria do Socorro Reis, (Organizadoras). **Serviço social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 560 p.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3 ed. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

#### Complementares:

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

PONCHEK, Dione do R. WITIUK, Ilda L. (Orgs.) **Legislação social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

Mota, Ana E. (ET.al), (Organizadores). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, São Paulo: Cortez Editora; Brasília< OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

PONCHEK, Dione do R. Witiuk, Ilda L. (Orgs.) **Legislação social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

Ministério da Previdência Social. **Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social**. – Brasília: MPAS, 1995.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Atividade Multidisciplinar em Serviço Social III (AMESS)

**Carga Horária:** 30 Horas/aulas

**Período:** 4º

### JUSTIFICATIVA

---

A disciplina Atividade Multiprofissional em Serviço Social III é caracterizada por fomentar no conjunto discente a reflexão articulada de temas pertencentes às demais disciplinas presentes naquele semestre. Isso significa dizer que sua importância reside na interface entre os componentes curriculares, à medida que proporciona um diálogo aberto, contribuindo para instrumentalizar os alunos para o exercício profissional.

### EMENTA

---

Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

Obs: As referências básicas serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

#### Complementares:

Obs: As referências complementares serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Capitalismo e Questão Social

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 4º

### EMENTA

---

Análise do processo de produção e reprodução da riqueza social sob o capital, observando-se o surgimento da propriedade, do trabalho assalariado e a acumulação ampliada do capital, bem como a gênese, reprodução e refuncionalização da questão social, engendrando novas formas de exclusão social.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: 1997.

POCHMANN, Márcio Orgs. **A exclusão social no mundo**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Atlas da Exclusão Social no Brasil, 4).

### Complementares:

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Pesquisa em Serviço Social I

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 4º

### EMENTA

---

Processo de construção do conhecimento, ênfase na pesquisa social, suas concepções, tipologias e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. et.al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Atlas, 1997.

#### Complementares:

BRANDÃO, C. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

SETÚBAL, A. A. **A pesquisa em Serviço Social: utopia ou realidade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.

## 5º PERÍODO

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplinas:** Oficina de Introdução ao Estágio

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 5º

## EMENTA

---

Compreensão do Estágio Curricular, enquanto componente significativo da formação profissional e da aproximação com a realidade, mediante o desenvolvimento da prática de observação nas instituições, lugar de operacionalização do fazer profissional do (a) Assistente Social.

## BIBLIOGRAFIA

---

### Básicas:

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Curriculares**. ABEPSS, 2009.

CFESS. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de estágio no Serviço Social**.

### Complementares:

CRESS 14ª Região. **Coletânea de Leis - Serviço Social**. 4ed. Natal/RN, 2003.

IAMAMOTO, Marilda v. Formação Profissional. In: \_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 5ed, - São Paulo: Cortez, p.159-171, 2000.

OLIVEIRA, Cirlene A. Hilário da Silva. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social** - desvendando significados. Revista Serviço Social e Sociedade, n 80, ano 25, nov, São Paulo: Cortez, p. 59-81, 2004,

SANTOS, Antônio G. dos. **A prática do serviço social nas instituições**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 2, mar, São Paulo: Cortez, p114-126, 1980.

SILVA, Maria Dulce. **O estágio na formação profissional** - elementos para análise. Revista Serviço Social e Sociedade, n 45, ano 15, agosto, São Paulo: Cortez, p. 147-53, 1994.

## I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Políticas de Seguridade Social – Saúde

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 5º

## EMENTA

---

Abordagem sobre a política de seguridade social brasileira, particularizando as transformações ocorridas a partir de 1988, bem como, especificando as principais mudanças institucionais nas políticas de saúde, decorrentes do modelo de seguridade social vigente.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

BRAVO, Maria Inês de S. [et al.], (Organizadoras) **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

MOTA, Ana E. (et. al.), (Organizadores). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília < OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

#### Complementares:

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na Política de Saúde, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. -- Brasília, CFP/CEFESS, 2010.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3 ed. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

PONCHEK, Dione do R. WITIUK, Ilda L. (Orgs.) **Legislação social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 560 p.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Brasileira**. Brasília. 1988.

### **IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

---

**Disciplina:** Políticas Setoriais I

**Carga Horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 5º

### **EMENTA**

---

Políticas Sociais Setoriais e Legislação Social. Estudo das Políticas Sociais por segmentos - Infância e Juventude, Mulheres.

### **BIBLIOGRAFIAS**

---

#### Básicas:

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 317 p.

SILVA, Maria Liduina de O.E. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: continuidade e discontinuidades**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 26, n.83, 2005 (Especial Criança e Adolescente).

**Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 24, n.75, 2003. (Especial Velhice e Envelhecimento).

#### Complementares:

BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinas. **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 264 p.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasília.1988.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.52 p.

MOTA, Ana Elizabete. [et al.], (organizadores). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Direito, Cidadania, e Legislação Social

**Carga Horária:** 60 horas

**Período:** 5º

## EMENTA

---

Direito. Legislação Básica. Os direitos individuais e coletivos. Ramos do Direito. Relações entre indivíduos e entre estes e o Estado no plano social. Mecanismos e instrumentos da Legislação Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BRASIL. **Constituição Federal e demais normas jurídicas pertinentes à matéria**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

DOWER, Néelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. 12.ed. São Paulo: NELPA, 2004.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Édis. Manual de direito público e privado. 14.ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2004.

### Complementares:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, Ruy Rebello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e privado**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Wilson Donizeti Liberati. **Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena?** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Atividade Multidisciplinar em Serviço Social IV (AMESS)

**Carga Horária:** 30 Horas/aulas

**Período:** 5º

## JUSTIFICATIVA

---

A disciplina Atividade Multiprofissional em Serviço Social III é caracterizada por fomentar no conjunto discente a reflexão articulada de temas pertencentes às demais disciplinas presentes naquele semestre. Isso significa dizer que sua importância reside na interface entre os componentes curriculares, à medida que proporciona um diálogo aberto, contribuindo para instrumentalizar os alunos para o exercício profissional.

## EMENTA

---

Tratar temas relacionados à questão social. Articulação multidisciplinar do semestre. Produção coletiva de atividades de iniciação metodológica em Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

Obs: As referências básicas serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

### Complementares:

Obs: As referências complementares serão selecionadas de acordo com a temática a ser desenvolvida em cada semestre.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Pesquisa em Serviço Social II

**Carga Horária:** 60 h/aula

**Período:** 5º

## EMENTA

---

A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre a realidade social e reconstrução dos objetivos de trabalho profissional.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

AIDIL, Jesus da S. Barros. LEHFELD, Neide A. de Souza. **A pesquisa científica:** a coleta de dados. 2 ed. Amp. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000, p. 89-95.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.) **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleos de Pesquisa; 1).

### Complementares:

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projeto de pesquisa. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 720-738.

ALMEIDA, B. de L. F. **A construção de uma alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em Serviço Social.** Serviço Social e sociedade, n 34, São Paulo: Cortez, 1990, p. 135-147.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Kátal. Santa Catarina. V.10. n.esp. p. 64-72, 2007

MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed.- SP: Atlas, 2007, p. 166-175.

TRIVIÑOS, Augusto. N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 158-173.

## 6º PERÍODO

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**DISCIPLINA:** Política de Seguridade Social - Assistência Social

**CARGA HORÁRIA:** 60 Horas/aulas

**Período:** 6º

### EMENTA

---

Organização do sistema de proteção social no Estado capitalista. Trajetória da Assistência no Brasil. A Política de Assistência Social. Atualização no contexto dos anos 90 reforma do Estado e rebatimentos na Política de Assistência Social brasileira. Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) – 14ª Região, **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Natal, 2006, p. 37-48. (Coletânea de Leis Serviço Social).

PONCHEK, Dione do R; WITIK, Ilda L. (Orgs.) **Legislação Social**: cidadania, políticas públicas e exercício profissional. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009. 7 ed.

#### Complementares:

**BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

**BRASIL, Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: Senado, 2005.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social/ Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007, 52p.

\_\_\_\_\_. **ABONG, YAZBEK, Maria Carmelita**. A política Social brasileira nos anos 90: A Refilantropização da Questão Social. Cadernos ABONG N.3, São Paulo, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Avaliando a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Políticas Setoriais II  
**Carga Horária:** 60 Horas/aulas  
**Período:** 5º

## JUSTIFICATIVA

---

A extensão da carga horária para tratar as políticas setoriais permite um estudo mais aprofundado, envolvendo a sua trajetória histórica, a rede de proteção social vinculada a elas e suas interfaces com as políticas de seguridade social.

## EMENTA

---

Estudo das Políticas Sociais Setoriais. Trajetória histórica, rede de serviços. Trabalho do assistente social no âmbito das políticas setoriais. Idoso, Pessoa com deficiência, Educação.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 317 p.

RIBAS, João. **Preconceito contra a pessoa com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2011.

**Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo: Cortez, ano 24, n. 75, 2003. (Especial Velhice e Envelhecimento).

### Complementares:

BRASIL. **Constituição Brasileira.** Brasília.1988.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e história.** 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 2).

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social /** Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.52 p.

MOTA, Ana Elizabete. [et al.], (organizadores). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DA OFICINA

---

**Disciplina:** Projeto de Intervenção em Serviço Social  
**Carga Horária:** 60h  
**Período:** 6º

## EMENTA

---

O planejamento como instrumento para intervenção do (a) assistente social nas suas diversas áreas de atuação. O processo de conhecimento da realidade e a elaboração, e execução e avaliação de projetos de intervenção em Serviço Social.

## **BIBLIOGRAFIAS**

---

### Básicas:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004 (Coleção Anencar).

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000. (Série livro-texto).

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado.** 3 ed.-São Paulo: Cortez, 2001.

### Complementares:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 6 ed.-Campina, SP: Autores Associados, 2003, (Coleção educação contemporânea).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martin. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais.** Revista de Administração Pública. v. 36, 2002.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço social:** utopia ou realidade. 3 ed.-São Paulo: Cortez, 2005.

## **IDENTIFICAÇÃO DA OFICINA**

---

**Disciplina:** Instrumentalidade em Serviço Social

**Carga Horária:** 60h

**Período:** 6º

### **EMENTA**

---

A instrumentalidade do Serviço Social. Estratégias e instrumental técnico-operativo utilizados pelo Serviço Social.

## **REFERÊNCIAS**

---

### Básicas:

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**, n. 8.662, de 7 de junho de 1993, publicada no DOU de 8 de junho de 1993.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

Complementares:

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social.** Aprovado pela resolução CFESS n. 273/93, e modificado pelas resoluções CFESS n. 290/94 e 333/96. 3 ed. rev. amp. Brasília: CFESS, 1997.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros Para a Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (As) na Política de Assistência Social.** CFESS/Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2010.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda J. R.; JORGE, Maria R. T. (Orgs.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário:** Construindo saberes, conquistando direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

LIMA, Telma Cristiane S. de. **Ações sócio-educativas e o projeto ético-político do serviço social:** tendências da produção bibliográfica. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Estágio Supervisionado I

**Carga Horária:** 230 horas/aula

**Período:** 6º

## EMENTA

---

Desenvolvimento de habilidades com relação à formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentos de trabalho, reconstrução dos objetos de intervenção e das formas de intervenção junto à população.

## BIBLIOGRAFIAS

---

Básicas:

Serão trabalhadas por área de estágio.

Complementares:

Serão trabalhadas por área de estágio.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Administração e Planejamento em Serviço Social

**Carga Horária:** 60 horas/aula

**Período:** 6º

## EMENTA

---

Introdução às teorias da Administração. Aplicação de princípios e técnicas da administração em programas sociais. O processo de gestão nas esferas Pública, Privada e no Terceiro Setor. Inserção do (a) assistente social nos processos de administração e gestão.

### BIBLIOGRAFIAS

---

#### Básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. - São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão social na virada do século: entre a política pública e a estratégia do mercado**. 2. ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (org.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

#### Complementares:

Revista Serviço Social e Sociedade. **Gestão pública**. São Paulo: Cortez, Ano XXV, nº: 78, jul./, 2004.

Revista Serviço Social e Sociedade. **Espaços públicos e direitos sociais**. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, nº: 86, jul./, 2006.

Revista Serviço Social e Sociedade. **Espaço público e controle social**. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, nº: 88, Nov./, 2006.

Revista Serviço Social e Sociedade. **Trabalho e trabalhadores**. São Paulo: Cortez, Ano XXIX, nº: 93, Mar./, 2008.

MOTTA, P. R. Gerenciando o futuro: a conquista visão estratégica. In: MOTTA. Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. RJ: Record, 1994. Cap. 4.

## 7º PERÍODO

### IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Serviço Social

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 7º

### EMENTA

---

Proposições contemporâneas de análise dos conceitos de desenvolvimento de comunidade. Implicações teóricas e políticas. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Novas dimensões a serem consideradas nas práticas comunitárias pelo Serviço Social. Metodologia do trabalho comunitário e social e contribuições do profissional do Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro:Garamond. 2004.

CAVALCANTI, Clovis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2002;

GÓMES, J. A. Domínguez. **Serviço Social e o meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 135 p.

### Complementares:

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. 202 p.

PINHEIRO, G. B. A.; SENA, D. S. dos S. **Poder local: uma estratégia a ser repensada**. Revista Carpe Diem, Natal, v. 2/3, n. 2-3, 2003.

POCHANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez editora. 2002.

SOUZA, Maria Luíza. Instrumentos e Técnicas usados no DC. In: **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo:Cortez, 2004.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Tópicos Especiais I

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 7º

## EMENTA

---

Discussões sobre temas emergentes e pertinentes ao trabalho do Assistente Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

### Complementares:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Terceiro Setor e Gestão Social

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 7º

## EMENTA

---

O objeto da disciplina é estudar a relação público/privado na história do Estado brasileiro. Nesse sentido, será trabalhado o nascimento do “terceiro setor” na sociedade contemporânea e, particularmente, na sociedade brasileira, dentro da perspectiva da reforma neoliberal. Dada essa discussão será estabelecida a relação do terceiro setor com o Serviço Social, e as implicações do “terceiro setor” como campo de trabalho para o assistente social, posto que a reforma neoliberal, retira do Estado a responsabilidade com a assistência social e a repassa para o terceiro setor, enquanto espaço da sociedade civil.

## EMENTA

---

Estudar A relação público/privado na história do Estado brasileiro. Contextualização econômico-política do nascimento do “terceiro setor” na sociedade contemporânea e, particularmente, na sociedade brasileira. A política neoliberal e o terceiro setor. A seguridade social e o terceiro setor; o terceiro setor e a produção de práticas de Serviço Social no processo de reforma gerencial do Estado brasileiro. As consequências da ampliação do “terceiro setor” sobre a prática profissional do serviço social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. 151 p. ISBN 8532302513

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 288 p. ISBN 9788524908200

SZAZI, Eduardo (Org). **Terceiro setor: temas polêmicos 1**. São Paulo: Petrópolis, 2004. 144 p. (Temas polêmicos ; 1) ISBN 8575960342

### Complementares:

BARRETO, M. Inês. **As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro**. In: BRESSER PEREIRA L. C. & CUNILL GRAU N. (Orgs.) **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. P.107-150.

IOSCHPE, Evelyn B. (Org.) **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MONTÃO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XX, nº 59, p. 47-79, março de 1999.

KAMEYAMA, Nobuco. Terceiro setor e políticas sociais empresariais. In: **Anais do VII ENPESS, Abepss, O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania**. Brasília: UNB, vol. II, novembro de 2000. P. 245-254.

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: 93 FURB, 1999.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Educação Popular e Práticas Comunitárias

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 7º

## EMENTA

---

Proposições contemporâneas de análise dos conceitos de educação popular - princípios éticos, teóricos, políticos e metodológicos - no âmbito das práticas comunitárias e suas implicações na formação profissional com vistas ao fortalecimento da ação dos sujeitos sociais coletivos que se desafiam a desenvolver e avançar na construção do conhecimento voltado para a transformação de uma realidade de exclusão social. Novas dimensões metodológicas nas práticas comunitárias a serem consideradas pelo Serviço Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. ( Coleção Primeiros Vãos v. 22)

JEZINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Organizadoras). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

\_\_\_\_\_, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier e MOREIRA, Orlandil de Lima. (Organizadores). **Educação Popular e Movimentos Sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2008.

### Complementares:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Saúde Paidéia**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 2007.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 8 ed. Vozes: Petrópolis, 2005.

PONTUAL, Pedro e IRELAND, Timothy. (Organizadores). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. (Coleção Educação para Todos v. 4)

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Estágio Supervisionado II

**Carga Horária:** 220 horas/aula

**Período:** 7º

## EMENTA

---

Desenvolvimento de habilidades com relação à formulação de estratégias de ação, definição dos instrumentos de trabalho, reconstrução dos objetos de intervenção e das formas de intervenção junto à população.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

Serão trabalhadas por área de estágio.

### Complementares:

Serão trabalhadas por área de estágio.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Classe social e Movimentos sociais

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 7º

## EMENTA

---

Classes sociais e sujeitos coletivos. Sociedade brasileira: estrutura de classe e condições de vida e trabalho das classes subalternas, bem como suas manifestações ideológicas, políticas e culturais. Direitos sociais e humanos. Movimentos sociais, subjetividade e identidade. O significado e importância do Terceiro Setor.

## BIBLIOGRAFIAS

### Básicas:

COHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Editora Loyola. 4ª edição, 2004.

MONTAÑO, Carlos. O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Estado, classe e movimentos sociais. In: Biblioteca básica/ serviço social v.5. Cortez: São Paulo, 2007.

### Complementar

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os Movimentos Sociais? Lua Nova, CEDEC, p.49-66, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse.e LUCHMANN, Lígia. Situando o debate sobre os movimentos sociais e a sociedade civil no Brasil. In: Revista Política e Sociedade, v. 01, n. 05, UFSC, 2004.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Relações Sociais e Sociabilidade  
**Carga Horária:** 60 Horas/aulas  
**Período:** 8º

## EMENTA

---

Identidade pessoal e coletiva. Comunidade e Sociedade. A produção social da identidade. Formas comunitárias de socialização espontânea. Relações familiares, de vizinhança e relações religiosas. Formas societárias de socialização compulsória: o trabalho e a escola. Valores e conflitos das formas de socialização. A metrópole e as formas identitárias. A socialização espontânea e as formas de representação da identidade.

## REFERÊNCIAS

---

### Básicas:

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 1994;

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

POCHMANN, M. (Org) **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Atlas, 2004.

### Complementares:

CASTRO, Mary Garcia; ABROMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 209 p.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 416 p.

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. Identidade e relações sociais num conjunto habitacional socialmente desqualificado. In: **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza; EDUC, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 152 p.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Assessoria e Consultoria em Serviço Social  
**Carga Horária:** 60 horas/aula  
**Período:** 8.º

## EMENTA

---

A assessoria e consultoria enquanto competências profissionais da (o) assistente social nos diversos processos de trabalho.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL:** Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social. Lei 8.662/93

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **Reflexões acerca da assessoria como atribuição e competência do Assistente Social** disponível em <[http://docdad.net/ASSISTENTE-SOCIAL\\_DOC.html](http://docdad.net/ASSISTENTE-SOCIAL_DOC.html)>

### Complementares:

COSTA, Rose \Mary dos Santos & CAVALCANTE, Regina Célia Nestti dos Reis. **Assessoria: instrumento ou estratégia?** Disponível em <<http://www.portalsocial.ufsc.br/artigo/assessoria.pdf>>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Sintonizando o Serviço Social com os novos tempos**. In: O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RUWER Maria Erlich e MOREIRA Inês da Silva. **Mundo do trabalho, serviço social e desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/.pdf>>

SILVA, Márcia Nogueira da e SILVA, Anália dos Santos. **Assessoria em serviço social e as políticas para o para o público infante-juvenil: uma experiência no ministério público do estado do Rio de Janeiro** disponível em <[http://www.mpdff.gov.br/senss/anexos/Anexo\\_7.23\\_-\\_Marcia\\_e\\_Analia\\_1.pdf](http://www.mpdff.gov.br/senss/anexos/Anexo_7.23_-_Marcia_e_Analia_1.pdf)>

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

## JUSTIFICATIVA

---

A gestão de serviços sociais tem se apresentado, na contemporaneidade, como importante demanda para os (as) assistentes sociais. Diante disso, considera-se relevante abordar a avaliação sobre as políticas públicas e sociais no Brasil contemporâneo, seus significados, suas tendências e limitações.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Gestão e Avaliação de Políticas Públicas

**Carga Horária:** 60 horas/aula

**Período:** 8.º

## EMENTA

---

Gestão e Avaliação de Políticas Públicas enquanto competências profissionais da (o) assistente social nos diversos processos de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

---

### Básicas:

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**: Cortez. 4. edição. São Paulo, 1997.

BEHRING, Elaine Rossetti, Boschetti, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

### Complementares:

BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIV, n. 73. MARÇO 20

COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. **Avaliação de projetos sociais**: Unicamp, 2002.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas**. RAP, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, jan./fev. 1997.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995..

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Tópicos Especiais II

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 8º

## EMENTA

---

Discussões sobre temas emergentes e pertinentes ao trabalho do Assistente Social.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

### Complementares:

As referências serão selecionadas de acordo com os temas emergentes na formação acadêmica dos discentes.

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

---

**Disciplina:** Trabalho de Conclusão de Curso

**Carga horária:** 60 Horas/aulas

**Período:** 8º

## EMENTA

---

Desenvolvimento de argumentação própria sobre o objeto de estudo. Contextualização. Análise das categorias de análise. Interlocução com os argumentos dos autores e os elementos empíricos.

## BIBLIOGRAFIAS

---

### Básicas:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

### Complementares:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **CONSTRUINDO o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 15. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13. ed. Petrópolis: Vozes

## 5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Conforme já dito, atualmente o UNIFACEX dispõe de 08 (oito) laboratórios de informática que atendem aos cursos oferecidos pela Instituição satisfatoriamente, sendo um exclusivo de uso comum dos alunos. Além destes existem laboratórios especializados. O quadro a seguir demonstra os existentes no UNIFACEX.

| LABORATÓRIO  | Área (m <sup>2</sup> ) |
|--|------------------------|
| Laboratório de Biologia Celular, Genética e Bioquímica | 122,83                 |
| Laboratório de Microscopia                             | 79,24                  |
| Laboratório de Anatomia                                | 104,55                 |
| Anfiteatro Anatomia                                    | 66,41                  |
| Laboratório de Botânica, Zoologia e Ecologia           | 66,41                  |

### 5.9.1 Normatização, qualidade e adequação

Todos os laboratórios especializados apresentam normas explícitas de uso o que possibilita um funcionamento em plena capacidade, considerando a quantidade de equipamentos e insumos disponibilizados. Atendemos de maneira excelente em uma análise sistêmica e global quanto aos aspectos: quantidade, acessibilidade, segurança e disponibilização de insumos.

Em suas estruturas existem profissionais que dão suporte às atividades práticas. Outrossim, são de responsabilidade do setor de Serviços Gerais a manutenção e conservação das instalações, bem como coordenar, orientar, supervisionar, executar e controlar as atividades auxiliares que dão suporte operacional ao UNIFACEX e zelar pela conservação dos bens patrimoniais. Assim, atendemos de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

O Setor de Serviços Gerais conta com equipes internas específicas para diferentes tipos de manutenção e com contratos de prestação de serviços nos casos especializados, como por exemplo, equipamentos de laboratórios e ar condicionado.